

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
ESTRATÉGIA**

DISSERTAÇÃO

**Gestão Pública Empreendedora e Desenvolvimento
Econômico Local: Um estudo de caso do Projeto
“Fomenta Três Rios”**

Leonardo Souza Soares

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA**

**GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO
“FOMENTA TRÊS RIOS”**

LEONARDO SOUZA SOARES

Sob a Orientação do Professor
Dr. Daniel Ribeiro de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão e Estratégia**, no Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia, Área de Concentração em Administração.

Seropédica, RJ
Março de 2018

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S676So
ag SOARES, LEONARDO SOUZA, 1979-
GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO "FOMENTA
TRÊS RIOS" / LEONARDO SOUZA SOARES. - 2018.
76 f.

Orientador: DANIEL RIBEIRO DE OLIVEIRA.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
E ESTRATÉGIA DA UFRRJ / MESTRADO PROFISSIONAL EM
GESTÃO E ESTRATÉGIA, 2018.

1. GESTÃO PÚBLICA. 2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
LOCAL. 3. EMPREENDEDORISMO. I. OLIVEIRA, DANIEL
RIBEIRO DE , 1981-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GESTÃO E ESTRATÉGIA DA UFRRJ / MESTRADO PROFISSIONAL
EM GESTÃO E ESTRATÉGIA III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA**

LEONARDO SOUZA SOARES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão e Estratégia**, no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia, área de Concentração em Administração.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Ribeiro de Oliveira
PPGE/ICSA - UFRRJ
Orientador

Prof. Dr. Marcelo Sales Ferreira
MPGE/UFRRJ

Prof. Dr. Marcos Tostes Lamonica
UFF

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a minha esposa Aline Oliveira Azevedo pelo apoio, compreensão, carinho e paciência, pois estar ao meu lado foi fundamental para que fosse possível completar essa jornada em minha vida.

Em especial agradeço ao Prof. Dr. Daniel Ribeiro pela dedicação e atenção em todos os momentos, orientando os meus passos, sendo parceiro, amigo e sempre pronto a ajudar.

Agradeço a Câmara Municipal de Paraíba do Sul e também ao Instituto de Previdência de Paraíba do Sul, pois facilitaram a minha caminhada no mestrado, não criando obstáculo em minha jornada.

Agradeço a todos os amigos da Turma 2016, Coordenação e Docentes do MPGE pelos ensinamentos, pela torcida, pelo carinho e amizade ao longo do curso e desejo que possamos manter contato por toda a vida.

*Dedicada a Bento Azevedo Soares,
meu filho, minha vida, meu amor.*

RESUMO

SOARES, Leonardo Souza. **Gestão Pública Empreendedora e Desenvolvimento Econômico Local: Um estudo de caso do Projeto “Fomenta Três Rios”**. 2018. 76p Dissertação (Mestrado em Gestão e Estratégia). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

Este trabalho objetiva analisar o processo de desenvolvimento econômico local induzido por meio das iniciativas empreendedoras adotadas pelo poder público do município de Três Rios, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. Especificamente foi realizado um estudo de caso do projeto “Fomenta Três Rios” que buscou articular uma série de iniciativas, tais como a Academia do Empreendedor, o Observatório das Pequenas e Microempresas (MPE’s), a Casa do Empreendedor, o Escritório de Projetos e Eventos e a Agência de Financiamento, com vistas à criação de um ambiente propício ao empreendedorismo e, conseqüentemente, ao desenvolvimento econômico local. As ações empreendedoras realizadas pelo poder público fomentaram o empreendedorismo de tal forma que as conseqüências para a economia foram significativas. Também analisamos dados de emprego, renda e número de empresas, destacando as microempresas que compõem o segmento produtivo da indústria de transformação entre os anos 2010 a 2015. A análise dos dados de emprego e número de empresas mostraram que entre os anos analisados o desempenho do crescimento desses indicadores no município de Três Rios foi maior do que o observado no conjunto dos municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro. O conjunto de medidas voltadas para o estímulo das ações empreendedoras no município de Três Rios contribuiu para uma mudança positiva no tecido produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico municipal.

Palavras-chave: Projeto “Fomenta Três Rios”; Empreendedorismo; Microempresa; Desenvolvimento Econômico Local; Indústria de transformação.

ABSTRACT

SOARES, Leonardo Souza. Public Entrepreneurship and Economic Development Local: A case study of the "Fomenta Três Rios" Project. 2018. 76p Dissertation (Master in Management and Strategy). Institute of Applied Social Sciences, Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

This work aims to analyze the process of local economic development induced by the entrepreneurial initiatives adopted by the public power of the municipality of Três Rios, a city in the interior of the state of Rio de Janeiro. Specifically, a case study of the "Fomenta Três Rios" project was carried out, which sought to articulate a series of initiatives, such as the Entrepreneur Academy, the Small and Microenterprise Observatory (MPE's), the Entrepreneur's House, the Projects and Events Office and the Financing Agency, with a view to creating an environment conducive to entrepreneurship and, consequently, to local economic development. The entrepreneurial actions carried out by the public authorities fostered entrepreneurship in such a way that the consequences for the economy were significant. We also analyzed data on employment, income and number of companies, highlighting the microenterprises that make up the productive segment of the manufacturing industry between the years 2010 to 2015. The analysis of employment data and number of companies showed that among the analyzed years the performance of the The growth of these indicators in the municipality of Três Rios was greater than that observed in all the municipalities that compose the State of Rio de Janeiro. The set of measures aimed at stimulating entrepreneurial actions in the municipality of Três Rios contributed to a positive change in the productive fabric, contributing to municipal economic development.

Keywords: "Fomenta Três Rios" Project; Entrepreneurship; Micro enterprise; Local Economic Development; Transformation industry.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Abordagens Empreendedoras – Causation x Effectuation _____	40
Tabela 02: Crescimento do número de empregos no Município de Três Rio e no Estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015 (em %) _____	59
Tabela 03: Decomposição do salário real (proxy da produtividade) das microempresas da indústria de transformação no Município de Três Rios de 2010 a 2015 (em %) _____	62
Tabela 04: Decomposição do salário real (proxy da produtividade) das microempresas da indústria de transformação de acordo com os grupamentos industriais (grau de intensidade tecnológica) no Município de Três Rios de 2010 a 2015 (em %) _____	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Crescimento do número de empresas no Município de Três Rio e no Estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015 (em %) _____	58
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Características mais frequentemente atribuídas aos Empreendedores pelos Comportamentalistas _____	30
Quadro 02: Princípios gerais do <i>Effectuation</i> _____	35
Quadro 03: Princípios gerais do <i>Causation</i> _____	38
Quadro 04: Diferenças entre os Enfoques do Desenvolvimento de cima para baixo e de baixo para cima _____	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Modelo Dinâmico de <i>Effectuation</i> _____	32
---	----

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 – Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico Local (DEL): uma perspectiva histórica.....	15
1.1 - Introdução	15
1.2 – Origens do empreendedorismo.....	15
1.3 – Visões do empreendedorismo: principais linhas de pensamento.....	18
1.4 – Os economistas e suas visões: Teoria Econômica	20
1.5 – Os comportamentalistas e suas visões: Teoria Comportamentalista	29
1.6 – A Teoria <i>Effectuation</i> e sua influência sobre o Empreendedorismo	32
1.6.1 – A lógica do controle na Teoria <i>Effectuation</i>	35
1.6.2 – A Teoria <i>Causation</i>	38
1.7 – Resumo do Capítulo	40
Capítulo 2 – Relações entre Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico Local..	44
2.1 – Introdução	44
2.2 – Planejamento e Estratégias para o DEL	44
2.3 – Relações entre o Empreendedorismo e DEL.....	48
2.4 – Obstáculos inerentes às iniciativas em DEL.....	49
2.5 – Resumo do Capítulo	51
Capítulo 3 – Aspectos Metodológicos e Apresentação dos Resultados	53
3.1 – Introdução.....	53
3.2– Aspectos Metodológicos.....	53
3.2.1 – Natureza da pesquisa	53
3.2.2 – Sujeitos da pesquisa e critérios de seleção	55
3.2.3 – Suposição Inicial	55
3.2.4 – Coleta de dados.....	55
3.2.5 – Método de análise dos dados coletados.....	55
3.2.6 – Limitações do método de pesquisa escolhido	56
3.3 – Apresentação dos Resultados.....	56
3.3.1 – Agência de Desenvolvimento Municipal Fomenta Três Rios	56
3.3.2 – Análise das microempresas que compõem o segmento produtivo da indústria de transformação de Três Rios entre 2010 a 2015.....	59
3.3.3 – Resumo do Capítulo	65
Conclusão	66
Referências	69
Anexo 1 – Lista de Setores	75

Introdução

A ação empreendedora apresenta como pressupostos básicos a atitude e a iniciativa por parte do agente empreendedor, o que faz com que o mesmo consiga beneficiar-se das oportunidades e utilizar seus conhecimentos, parcerias e potenciais com o objetivo de atingir as metas e os ideais projetados. O aspecto relevante é transformar algo ultrapassado e obsoleto em algo novo, que provoque impacto positivo na vida do agente empreendedor e também para o dia-a-dia das outras pessoas. Empreender passa a ser a mola propulsora para a busca do desenvolvimento econômico local, possibilitando a comunidades, regiões e territórios explorar os conhecimentos e capacidades das pessoas em prol da melhora da qualidade de vida de sua população.

A geração de emprego e renda através de ações empreendedoras passou a ser um dos principais meios para que cidades e até países possam ter possibilidades de oferecer às pessoas uma vida digna às pessoas. Nesse sentido, o crescimento econômico pode ser relacionado diretamente com o empreendedorismo. “Há um número muito grande de pesquisas e projetos sobre este tema, por se considerar que o empreendedorismo é o grande combustível da economia mundial” DORNELAS (2005). Logo, disseminar a cultura do empreendedorismo deve servir para fomentar uma opção para o desenvolvimento econômico, principalmente, o desenvolvimento econômico local.

A gestão empreendedora pode alavancar o desenvolvimento econômico em todas as regiões e territórios, pois a ação empreendedora rompe a ordem natural das coisas que giram em sua volta. Mesmo com graves crises, a recuperação é quase certa. Porque pessoas empreendedoras, inovadoras, criativas, sempre irão alterar a normalidade dos fatos e provocarão mudanças em direção ao equilíbrio novamente. Assim, a disseminação da cultura empreendedora se torna parte vital para o desenvolvimento econômico, fazendo com que países e regiões possam evoluir de forma equilibrada, possibilitando assim a sobrevivência das pessoas e obtendo com isso uma melhor distribuição da riqueza.

Para Sarfati (2011, p. 1):

“enquanto nos países desenvolvidos, as micros, pequenas e médias empresas representam cerca de 50% no Produto Interno Bruto (PIB) e são

responsáveis por 60% da força de trabalho, em países emergentes o peso é bem menor, com uma participação de pouco mais de 10% do PIB e por cerca de 30% dos empregos”.

Para o autor, as distinções existentes revelam o ponto fundamental da atividade empreendedora no desenvolvimento econômico, sendo que o principal obstáculo a ser vencido para qualquer país é desenvolver este tipo de atividade. Tenório *et. al* (2004) aponta que considerando as necessidades e características de cada região e, após a análise dos aspectos culturais de sua população, passa a ser possível o desenvolvimento econômico prevalecer, sem deixar de lado questões como o ambiente físico, político e demais elementos.

O desenvolvimento tem sido assunto constante nas mesas de discussões, principalmente pela ideia de que deve ser medido em função dos indicadores econômicos, os quais são capazes de afirmar, pelo acúmulo de riquezas, se um país é ou não desenvolvido conforme destacado por Bernardo *et. al* (2013). Assim, para os autores, a prática empreendedora tem sido vista como uma fonte de geração de emprego, riqueza e desenvolvimento, sendo desenvolvimento econômico entendido como acumulação de riqueza.

Formulação de uma questão central a ser desvendada – pergunta de pesquisa

As iniciativas adotadas pelo município de Três Rios, e com objetivos claros de promover o desenvolvimento econômico local, planejaram um conjunto de metas que traduziram a relevância pela abrangência, profundidade e diversidade. A tomada de decisão foi em desenvolver ações empreendedoras agressivas para o favorecimento dos pequenos empreendimentos e, ainda, privilegiar os negócios locais. É possível destacar o nível de abrangência que os projetos trabalham, levando benefícios diretos e indiretos a milhares de pessoas, de famílias, através de seus negócios e empregos (SEBRAE, 2014).

A questão central da pesquisa é analisar o processo de desenvolvimento econômico local induzido por meio de iniciativas adotadas pelo poder público local, através da realização de um estudo de caso do projeto “Fomenta Três Rios”. Assim, a pesquisa buscou resposta para a seguinte questão: *Como o projeto “Fomenta Três Rios” contribuiu para o desenvolvimento econômico no município de Três Rios/RJ no período de 2010 a 2015?*

Objetivos

Objetivo final

Analisar como o poder público local fomentou o desenvolvimento econômico no município de Três Rios/RJ no período de 2010 a 2015, através do projeto “Fomenta Três Rios”.

Objetivos Intermediários

- . Descrever as iniciativas empreendedoras adotadas pelo poder público local;
- . Apresentar os resultados econômicos obtidos face ao fomento do desenvolvimento econômico local;
- . Apresentar os resultados da análise das microempresas que compõem o segmento produtivo da indústria de transformação local entre os anos de 2010 a 2015.

Justificativa

Relevância

A pesquisa é relevante, pois irá contribuir para o mercado de trabalho municipal, para o governo local e para classe empresarial. O mercado de trabalho municipal será beneficiado no que tange aos profissionais que pretendem abrir seus próprios negócios, ao terem acesso a uma série de informações sobre a situação do mercado empresarial local, o que pode levar à geração de emprego e renda para a população local. Já o governo local se beneficiará da publicidade da pesquisa em divulgar o trabalho desenvolvido pelo poder público municipal. Com isso, contribuiu para a melhora da imagem do município e para a valorização do trabalho dos gestores e dos servidores municipais, servindo de modelo de gestão empreendedora para outros municípios adotarem as ações apresentadas na pesquisa. E, por fim, a classe empresarial será favorecida pela pesquisa, pois possibilitará aos novos empreendedores e aos já consolidados uma importante ferramenta de informação a respeito do cenário econômico do município de Três Rios.

Oportunidade

A pesquisa torna-se oportuna porque aborda o ponto central do empreendedorismo, fazendo com que problemas como estagnação econômica local, falta de apoio aos pequenos empreendimentos, falta de estímulo ao empreendedorismo, e desorganização da gestão pública municipal sejam minimizados pelas ações governamentais em prol do crescimento

econômico local.

A pesquisa também é oportuna, pois servirá de exemplo para os demais municípios da região entenderem os caminhos que Três Rios trilhou em busca da sustentabilidade econômica com a geração de emprego e renda, além do aumento da arrecadação municipal face à influência do empreendedorismo como elemento de desenvolvimento econômico local realizado no município.

A pesquisa pretende gerar contribuições aos estudos que abordam as relações entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico local, influenciando novas pesquisas. E, servir de exemplo de gestão empreendedora para outros municípios adotarem as ações empreendedoras apresentadas neste estudo.

Estruturação do estudo

A presente pesquisa está estruturada de forma a facilitar a compreensão do leitor quanto ao tema estudado. Assim, o primeiro capítulo destinou-se a apresentar uma perspectiva histórica sobre o empreendedorismo e desenvolvimento econômico local, abordando as visões dos economistas e comportamentalistas, destacando suas teorias e linhas de pensamento. Ainda neste capítulo apresentamos a Teoria Effectuation e Causation e suas influências sobre o empreendedorismo. No capítulo 2 é abordada a relação entre o empreendedorismo e desenvolvimento econômico local, definindo o conceito de planejamento e estratégia para o desenvolvimento econômico local e apresentando os obstáculos inerentes às iniciativas em desenvolvimento econômico local. No capítulo 3 são demonstrados os métodos e procedimentos da pesquisa, e também apresentados os resultados, considerando as iniciativas empreendedoras que fomentaram o empreendedorismo local, além de apresentar a análise das microempresas que compõem o segmento produtivo da indústria de transformação de Três Rios.

Capítulo 1 – Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico Local (DEL): uma perspectiva histórica

1.1 - Introdução

Com o intuito de apresentar as origens do empreendedorismo e as visões das principais linhas de pensamento sobre o estudo do empreendedorismo, destacando a visão Schumpeteriana, este capítulo, aborda as origens do empreendedorismo, explicando as primeiras ações empreendedoras, estabelecendo a figura do empreendedor ao longo do tempo e enfatizando as visões dos principais autores das respectivas linhas de estudo sobre o empreendedorismo, que assim são definidas: (1) Teoria Econômica – Linha de pensamento dos economistas; (2) Teoria Comportamentalista – Linha de pensamento dos especialistas do comportamento humano. A fundamentação teórica teve como objetivo tornar evidente o quanto o empreendedorismo passou a ser um desafio para os gestores públicos contemporâneos. Diversos pontos da teoria foram estudados com o objetivo de entender e analisar as origens e visões sobre a ação empreendedora. Monnerat e Altaf (2015, p. 2) apontam que “empreendedorismo é uma tarefa tendenciosa, pois não há um consenso quanto ao seu conceito nem no meio acadêmico tampouco na sociedade em geral”. Segundo as autoras, o conceito de empreendedorismo vem sendo alterado ao longo do tempo e, a depender do autor e sua área de conhecimento, significados diferentes podem ser encontrados.

1.2 – Origens do empreendedorismo

O primeiro exemplo de empreendedorismo pode ser creditado a Marco Polo – mercador, embaixador e explorador italiano da Idade Média -, que tentou estabelecer uma rota comercial para o Oriente. Como empreendedor, Marco Polo estabeleceu contrato com homens possuidores de riquezas (atualmente conhecidos como capitalistas) para vender as mercadorias destes. Enquanto o capitalista era alguém que assumia riscos de forma passiva, o aventureiro empreendedor assumia papel ativo, assumindo todos os riscos físicos e emocionais do negócio (DORNELAS, 2005).

Durante os séculos XVI e XVII, o conceito de empreendedor foi abordado da seguinte maneira, conforme aponta Vale (2014):

Tal conceito teria sido formado durante a Idade Média, no contexto de uma evolução natural da língua francesa, a partir do verbo *entreprendre*,

sugerindo a ideia de se fazer alguma coisa. No século XVI, a figura do empreendedor encontrava-se muito associada aos empreendimentos militares. No século XVII, a conotação evoluiu para considerar uma pessoa cuja atividade implicava em tomar riscos elevados, em geral, associados a empreendimentos envolvendo um contrato de obra pública com o soberano VALE (2014, p. 876).

O século XVIII deu origem ao início dos estudos sobre o empreendedorismo. Richard Cantillon (1680-1734), banqueiro de família de classe alta, foi o primeiro a analisar o empreendedorismo como uma função empreendedora. Por sua vez, seguido de Jean-Baptiste Say (1767-1832), experiente profissional trabalhando em bancos e corretora de seguros, foi o primeiro a lançar as bases deste campo de estudo (RODRIGUES, 2007). Evidências sugerem que Cantillon e Say são considerados os primeiros a abordarem o tema do empreendedor no contexto de uma teoria mais estruturada (VALE, 2014). Provavelmente com o início da industrialização no século XVIII, o capitalista e o empreendedor foram finalmente diferenciados (CRUZ, 2005). No final do século XIX e início do século XX, os empreendedores foram frequentemente confundidos com os gerentes ou administradores, sendo analisados meramente de um ponto de vista econômico, como aqueles que organizam, planejam, dirigem e controlam as ações de uma empresa, mas sempre a serviço do capitalista (DORNELAS, 2005).

O processo de desenvolvimento econômico mundial ao longo do tempo contribuiu para o aprofundamento da difícil tarefa de chegar a um consenso sobre o significado do termo empreendedor, pois a complexidade existente no setor econômico dos países fez com que a definição do referido termo fosse evoluindo e adaptando à realidade temporal vigente. Desde seu início na idade média, a pessoa que participava ou administrava grandes projetos de produção era chamado de empreendedor, porém esta pessoa utilizava os recursos fornecidos geralmente pelo governo do país. O empreendedor da idade média era o clérigo – a pessoa encarregada de obras arquitetônicas como castelos e fortificações, prédios públicos, abadias e catedrais. No século XVII, agrega-se mais uma característica ao empreendedor, o do risco. Neste período o empreendedor era a pessoa que assumia um contrato com o governo, para fornecimento de um produto ou serviço. Como o valor do contrato é fixo quaisquer resultados, sejam eles lucro ou até mesmo prejuízo, eram do empreendedor (BISPO *et al*, 2006).

De acordo com Carvalho e Costa (2015, p. 15):

“Adam Smith na sua obra *A riqueza das nações*, publicada em 1776, refere-se ao empreendedor, como um tipo específico de empresário. [...] Nesta obra, Adam Smith define os empreendedores como pessoas que reagem às mudanças econômicas e têm a capacidade, enquanto agentes econômicos, de transformarem a procura em oferta”.

O empreendedorismo é apontado como o ponto principal da iniciativa privada, conforme destacou John Stuart Mill na segunda metade do século XIX, quando aborda o papel do empreendedorismo junto às organizações privadas da época (CARVALHO E COSTA, 2015). A conjuntura econômica do momento e a evolução histórica dos países são refletidas pelas primeiras contribuições destes economistas. Para as autoras, o termo empreendedor e a diferenciação entre empreendedor e capitalista são contribuições decorrentes da revolução industrial, que teve início no final do séc. XVIII e que originou uma profunda mudança na cultura ocidental (CARVALHO E COSTA, 2015).

Para Festinalli (2003), a inovação representa a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico, seja pela criação de novos produtos ou serviços, seja pela forma diferente de fornecê-los; pelo desenvolvimento tecnológico e pela capacidade de gerar novos empregos, estimulando o mercado de trabalho. Jean-Baptiste Say define o empreendedor como alguém que inova e é agente de mudanças, dedicando-se à criação de novas empresas e seu gerenciamento (GABRIEL, 2013). Já para Greatti e Senhorini (2010, p. 28) “não são somente as ideias e o comportamento que fazem de uma pessoa um empreendedor. É necessário que suas ideias saiam da teoria e sejam colocadas em prática, e é justamente essa fase que muitas vezes assusta e até inibe a ação empreendedora”.

Um relevante economista que abordou o tema referente à figura do empreendedor foi Joseph Schumpeter (1883-1950). Economista nascido na Áustria no final do século XIX, desde pequeno teve influência no mundo dos negócios, principalmente devido ao fato da sua origem está enraizada a seus familiares que administravam uma indústria têxtil (BITTAR, BASTOS E MOREIRA, 2014). Associou o desenvolvimento econômico ao empreendedorismo e inaugurou a era dos economistas cujas análises sobre os empreendedores como inovadores, motores do sistema econômico, criadores de empreendimentos,

assumidores de riscos ou tolerantes às ambiguidades e incertezas do mercado, fundamentaram os esforços de pesquisa neste campo até o final do século XX (RODRIGUES, 2007). O atributo de ser empreendedor, no final do século XX e início do século XXI tem sido um apelo muito forte no mundo do trabalho. Trata-se da senha que prepara os trabalhadores para assumirem a ação do autoemprego e não mais a posição de serem empregados (SANTIGAO, 2009). É perceptível a relevância da inovação pelos empreendedores, principalmente no desenvolvimento de suas atividades e não apenas no momento de abertura de um empreendimento, preocupando-se assim com o processo de continuidade da organização. Preocupam-se em identificar quais as condições necessárias que devem ser cumpridas para levar em frente um processo de inovação e que critérios devem seguir para a elaboração de novos produtos e serviços (FUZETTI, 2009).

Para Mintzberg *et al.* (2000), empreendedor é que tem uma ideia e desenvolve esta ideia transformando-a em um bem de valor, não limitando-se apenas a criar um novo negócio ou desenvolver um novo produto. Segundo o autor, Schumpeter foi o primeiro a dar relevância ao empreendedor dentro do pensamento econômico. Schumpeter definiu-o como sendo uma pessoa com criatividade e capaz de fazer sucesso com inovações. O indivíduo que reforma ou revoluciona o processo “criativo-destrutivo” do capitalismo, por meio do desenvolvimento de nova tecnologia ou aprimoramento de uma antiga, real papel da inovação (GABRIEL, 2013). O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação (BAGGIO e BAGGIO, 2014). Para os autores, qualquer projeto para ser realizado é necessário existir sinergia e inovação, e estar sempre pronto a desafiar as oportunidades e riscos que aparecem, não deixando de assumir um comportamento proativo diante de problemas que precisam de soluções rápidas e objetivas. Ainda de acordo com os referidos autores, o empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas, ou seja, a busca do autoconhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas, sem deixar de levar em consideração as antigas experiências vividas.

1.3 – Visões do empreendedorismo: principais linhas de pensamento

Uma das definições mais aceitas para empreendedorismo é dada pelo estudioso de empreendedorismo, Robert Hirsch, em seu livro *Empreendedorismo*, publicado em 2002.

Segundo o autor, empreendedorismo é o processo de desenvolver um novo negócio com o intuito de agregar valor, dedicando tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal. De acordo com Baggio e Baggio (2014), o bom empreendedor, ao agregar valor a produtos e serviços, está permanentemente preocupado com a gestão de recursos e com os conceitos de eficiência e eficácia. “O papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda *per capita*; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade” (Hisrich e Peter, 2004, p. 33). Já para Santiago (2009), empreendedorismo é a capacidade de alguém que toma iniciativa, busca soluções inovadoras e age no sentido de resolver problemas econômicos ou sociais, pessoais ou dos outros, mediante a constituição de empreendimentos econômicos e sociais.

Os empreendedores caracterizam-se pelo fato de atuarem em muitas funções. Devido às transformações cada vez mais aceleradas nos negócios e, principalmente, ao elevado nível de competição no mercado, os agentes empreendedores acabam refletindo de alguma forma as mudanças que ocorrem na própria sociedade, desde a introdução de um meio de produção rural (agrário) até ao processo de industrialização contemporâneo (VALE, 2014). De acordo com a autora, conceitos e teorias empreendedoras evoluem com o passar do tempo, e a fundamentação teórica tem como princípio o contexto econômico de países pioneiros como França e Inglaterra.

O empreendedorismo é visto mais como um fenômeno individual, ligado à criação de empresas, seja através de aproveitamento de uma oportunidade ou simplesmente por necessidade de sobrevivência, do que também um fenômeno social que pode levar o indivíduo ou uma comunidade a desenvolver capacidades de solucionar problemas e de buscar a construção do próprio futuro, isto é, de gerar Capital Social e Capital Humano (FRANCO, 2001 *apud* ZARPELLON, 2010, p.48).

O conceito para empreendedorismo apontando Baggio e Baggio (2014), nos revela a importância de referimo-nos ao empreendedorismo como um campo de estudo, considerando o empreendedorismo como sendo um domínio específico, assumindo lugar de destaque nas políticas econômicas dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, conforme é possível verificar segundo Baggio e Baggio (2014):

Empreendedorismo é um domínio específico. Não se trata de uma disciplina acadêmica com o sentido que se atribui habitualmente a Sociologia, a Psicologia, a Física ou a qualquer outra disciplina já bem consolidada. Referimo-nos ao empreendedorismo como sendo, antes de tudo, um campo de estudo. Isto porque não existe um paradigma absoluto, ou um consenso científico. Sabemos que o empreendedorismo traduz-se num conjunto de práticas capazes de garantir a geração de riqueza e uma melhor performance àquelas sociedades que o apoiam e o praticam, mas sabemos também que não existe teoria absoluta a este respeito. Vale frisar que é de fundamental importância que se compreenda esta premissa básica para que seja possível interpretar corretamente o que se escreve e se publica sobre esta temática BAGGIO E BAGGIO (2014, p. 26).

Duas correntes são utilizadas para análise e estudo do empreendedorismo. De acordo com Baggio e Baggio (2014), a corrente dos economistas, intitulada de Teoria Econômica, também conhecida como Teoria Schumpeteriana, onde aborda que o início do empreendedorismo foi revelado pelos economistas que procuravam entender a função do empreendedor e sua relação com a economia. Esta teoria teve início com Richard Cantillon (1680-1734) e Jean-Baptiste Say (1767-1832) e se desenvolveu com Joseph A. Schumpeter (1883-1950), associando o empreendedor ao desenvolvimento econômico, à inovação e à busca de oportunidades (DUTRA E PREVIDELLI, 2003). A outra corrente apresentada trata-se dos comportamentalistas, denominada de Teoria Comportamentalista, iniciada a partir dos estudos de David McClelland e dá ênfase à criatividade e intuição, onde colocam em destaque diversas características psicológicas e sociológicas do perfil do empreendedor.

1.4 – Os economistas e suas visões: Teoria Econômica

O conceito de empreendedor foi historicamente abordado por Cantillon em sua obra *Essai sur la Nature du Commerce en Général (abreviado por Essai)* – escrito em 1730 e publicado na França em 1755 -, quando o autor descreve sobre a circulação e o intercâmbio de produtos e mercadorias, bem como a sua produção, conforme transcrito abaixo retirado da tradução inglesa da obra *Essai* realizada no ano 2010 pelo Instituto Ludwig von Mises - Brasil, uma associação voltada à produção e à disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre:

These entrepreneurs never know how great the demand will be in their city, nor how long their customers will buy from them since their rivals will try, by all sorts of means, to attract their customers. All this causes so much uncertainty among these entrepreneurs that every day one sees some of them go bankrupt (CANTILLON, 2010 p.74).

O empreendedor na concepção de Cantillon, considerado por muitos o primeiro grande economista teórico (BOM ANGELO, 2003) era o indivíduo que basicamente comprava matéria-prima por um determinado preço/valor e revendia esta a um preço incerto, entendendo que, caso o indivíduo conseguisse gerar lucro na venda, o mesmo era considerado empreendedor, pois teria sido inovador (FILION, 1999). Dornelas (2005) afirma que empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades. Para Carvalho e Costa (2015), Cantillon caracterizou o empreendedor como aquele que vive na incerteza, um decisor que assume o risco e gere a empresa com o objetivo de alcançar o lucro, e como tal, deveria ter capacidade de reflexão, previsão e ser racional. Segundo as autoras Carvalho e Costa (2015), para Cantillon, o empreendedor é um indivíduo racional, que opera numa sociedade mercantil, onde tudo é regulado pela concorrência do mercado, devendo pois ter capacidade para avaliar possíveis acontecimentos, calculando riscos.

Dornelas (2001) afirma que Cantillon é considerado um dos desenvolvedores do termo empreendedorismo ao diferenciar o indivíduo do empreendedor, o agente que assume riscos, do capitalista, o agente detentor de capital. Um empreendedor eficiente deve ter capacidade de avaliar situações de risco que surgem em decorrência de suas ações em qualquer dos ambientes. Quando o mercado está saturado, estes indivíduos podem enxergar nichos para que consigam penetrar nesse mercado e se adaptar a novas situações, não apenas relacionadas a novos produtos e tecnologias, como também à reformulação dos produtos e serviços já existentes (MAN *et al*, 2000 *apud* MELLO *et al*, 2006). De acordo com Filion (1999) ocupar um nicho de mercado é algo complexo, pois necessita de profundo conhecimento da concorrência e dos respectivos espaços ocupados por ela no mercado.

Richard Cantillon identificou o empreendedor como alguém que assume riscos (OLIVIERA, 2012). Assim, os empreendedores exerciam o papel crucial na economia: o de se comprometer a comprar *inputs* sem saber quantos consumidores pagariam pelos seus produtos finais (BHIDE, 2000). Desde o século XVIII o empreendedor já era associado ao risco, à inovação e ao lucro, ou seja, eles eram vistos como pessoas que buscavam aproveitar novas oportunidades, vislumbrando o lucro e exercendo suas ações diante de certos riscos. Diversos economistas, mais tarde, associaram de um modo mais contundente, o empreendedorismo à inovação e procuraram esclarecer sobre a influência do empreendedorismo no desenvolvimento econômico (PAIVA JR. E CORDEIRO, 2002).

Jean-Baptiste Say relacionou o crescimento econômico ao desenvolvimento de novos empreendimentos. Say gerou contribuições para o pensamento econômico quando abordou o empreendedorismo como o quarto fator de produção, junto com os fatores mais tradicionais: terra, trabalho e capital (PALOSCH, 2007). De acordo com Zen e Fracasso (2008) o empreendedor na concepção de Say era aquele que, com base no conhecimento disponível pela ciência e habilidades existentes, combinava diferentes meios de produção para criar produtos novos. Segundo Bom Angelo (2003), o empreendedor é aquele que “transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”. Este economista entende o empreendedorismo como uma ferramenta de criação de valor, reconhecendo o empreendedor como um empresário que utiliza invenções disponibilizadas pelos cientistas e articula vários meios de produção para criar produtos úteis (CARVALHO E COSTA, 2015). Para o GEM (2015) o empreendedorismo consiste em qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente.

Para Vale (2014), Say, considerado um empreendedor pela autora, definiu o conceito de empreendedor da seguinte forma:

... o empreendedor é um mediador, que combina diferentes fatores de produção, de maneira a produzir um determinado bem. É, também, aquele que, sem ser o cientista, é capaz de usar uma invenção e explorar uma inovação. Say foi também um empreendedor, tendo mantido, por vários anos, uma empresa de fiação e tecelagem. Porém, preso a um modelo econômico baseado em pressupostos de equilíbrio e estabilidade, não conseguiu enxergar a relação entre a atividade empreendedora, a acumulação de capital e o progresso VALE (2014, p. 877).

Segundo Bittar, *et. al* (2014), o empreendedor para Cantillón era alguém que exercita o julgamento no contexto dos negócios para melhor obter, processar e revender as matérias-primas em face às incertezas. Já Say é conhecido, segundo os autores, por ter ampliado esse conceito ao colocar o empreendedor no centro do processo de produção e distribuição, sendo também creditado por diferenciar empreendedores e capitalistas pela análise dos seus lucros. Assim, afirma os autores, pode-se dizer que o primeiro a definir as funções do empreendedor foi o economista Jean-Baptiste Say, o qual considera o empreendedor como um “coordenador” da produção e distribuição, diferente dos capitalistas que operam em condições de riscos e incertezas. Entretanto, o primeiro autor dentro do âmbito econômico a utilizar o

termo empreendedor foi Cantillón por ter exposto um conceito claro sobre o mesmo.

Os economistas estavam preocupados em mostrar o empreendedorismo como motor do sistema econômico, como por exemplo: Smith, Mill, Knight, Kirzner e Baumol (VALE, 2014).

Adam Smith – economista escocês do séc. XVIII – caracterizou o empreendedor como um agente capitalista, um fornecedor de capital e, ao mesmo tempo, um gestor que se interpõe entre o trabalhador e o consumidor. O conceito de Smith refletia uma tendência da época de considerar-se o empreendedor como alguém que buscava somente gerar dinheiro (CRUZ, 2005). Carvalho e Costa (2015) apresentam os três tipos de empresários definidos por Adam Smith em sua obra *A riqueza das nações*, publicada em 1776: “1) o aventureiro ou especulador que investe o seu capital em empreendimentos de elevado risco; 2) o projetor que arquiteta e realiza planos, produz invenções de forma arriscada; 3) o empreendedor que realiza projetos medindo riscos e agindo de forma mais ponderada.”

Uma abordagem defendida por Smith, aponta que o dinheiro, as taxas de juros e o comércio internacional eram de certa forma estáveis e bem regulados em seu estado natural, enquanto que os comerciantes da época aceitavam de maneira favorável a possibilidade de intervenção e manipulação do dinheiro e das fontes de riquezas pelo governo. Cantillón considerava algo ruim ou negativo qualquer intervenção por parte do governo, mas acreditava que os empreendedores podiam causar mudanças positivas na estrutura de produção ao ajustá-la a essas flutuações, fazer novos investimentos e contratar funcionários, contribuindo para o desenvolvimento da economia. Entretanto, Say discordava de Smith ao conceber a sociedade como formada simplesmente por trabalhadores, arrendatários e capitalistas, mas acreditava que cada um poderia exercer uma dessas funções em determinado momento, e que o empreendedor era aquele que usaria o seu conhecimento para criar novas soluções para o mercado, novos produtos que contribuíram para o desenvolvimento econômico (BITTAR ET AL, 2014).

Frank Knight, economista americano, abordou a função do empreendedor em trabalhar com a incerteza, sendo o primeiro economista a fazer uma distinção entre o risco e a incerteza, conforme demonstrado abaixo, Vale (2014):

Retomou proposições de Cantillon (1964) sobre o risco e foi o primeiro

economista a fazer uma distinção entre o risco e a incerteza. Para o autor, a verdadeira função do empreendedor não é, exatamente, a de realizar a arbitragem, e sim a de trabalhar com a incerteza. Incerteza, diferentemente de risco, encontra-se associada a um algum tipo de probabilidade, impossível de ser classificada, visto que diz respeito ao resultado de um evento único. Apesar disso, exige-se julgamento no sentido de se formar uma estimativa de seu valor. Ao agir no contexto de incerteza, o empreendedor introduz melhorias em termos tecnológicos e de organização de negócios, abrindo caminho para o progresso econômico. Como observado por Wood (2006), a verdadeira incerteza forma o pilar da teoria do lucro, competição e empreendedorismo. Knight, ao refletir sobre o que é necessário para ser um empreendedor bem-sucedido, avança em considerações associadas a motivações e características pessoais, temas de interesse da abordagem psicológica VALE (2014, p. 878).

Israel Kirzner (1979), nascido em Londres, Reino Unido em 1930, porém é um dos principais economistas da escola austríaca. Abordou o papel do empreendedor no ator principal no processo do mercado, conforme descrito por Vale (2014):

... por sua vez, posiciona o empreendedor no centro do processo do mercado. Ser empreendedor é aquele que se encontra sempre em estado de alerta para descobrir e explorar novas oportunidades. A capacidade de estar alerta constitui a principal característica dos empreendedores, pois são sempre os primeiros a identificar oportunidades lucrativas de negócios. Sabem comprar em um determinado local e vender em diferentes locais ou em momentos distintos; compram insumos e vendem produtos processados, etc. Assim procedendo, empenham-se em levar o mercado em direção a uma posição de equilíbrio, embora esta jamais seja alcançada VALE (2014, p. 878).

William Baumol, economista americano e diretor acadêmico do Centro Berkley para o Empreendedorismo e Inovação da Universidade de Nova York, procurou incorporar a figura do empreendedor no contexto de modelos econômicos, assim abordado por Vale (2014):

...destaca-se, entre os economistas, pela tentativa de inserir a figura do empreendedor no contexto de modelos econômicos tradicionais. Critica os modelos correntes, observando o grande volume de evidências empíricas sobre a importância do empreendedor, do inventor e do executivo, convivendo com a ausência de aparatos teóricos adequados de análise. Em sua mais recente obra (2010), tenta superar tais limitações, elaborando uma teoria do crescimento econômico inserida no contexto da microeconomia, utilizando-se do conceito do empreendedor inovador, cujas raízes intelectuais remontam a Say (2008) e Schumpeter (1971, 1991). Baumol (2010) considera que o empreendedor, graças à sua capacidade de inovação, é o agente capaz de ampliar as fronteiras das possibilidades de produção de uma dada economia. Para Baumol (2010, p. xii), “muitas das decisões que afetam o crescimento (econômico) são realizadas por indivíduos e firmas individuais”. Tal fato justificaria a inclusão dos empreendedores no centro

das análises sobre crescimento econômico. Observa-se que as contribuições presentes na economia permitem associar a figura do empreendedor com a de um executivo, que toma decisão em condições de incerteza (Knight, 2009); que se mantém sempre em estado de alerta para identificar novas oportunidades (Kirzner, 1979); que é capaz de introduzir uma inovação no mercado (Baumol, 2010) VALE (2014, p. 878).

Vale (2014) afirma que “apesar das reconhecidas limitações dos paradigmas econômicos dominantes, as contribuições da economia moderna existem e não podem ser subestimadas”. Segundo a autora, implicitamente às contribuições da economia moderna, podemos apontar que, existe uma visão de que o empreendedor é uma peça fundamental nas decisões que envolvem o uso e a coordenação de recursos escassos em uma dada economia. Segundo Baggio e Baggio (2014, p. 25), “os economistas percebem que o empreendedor é essencial ao processo de desenvolvimento econômico, e em seus modelos estão levando em conta os sistemas de valores da sociedade, em que são fundamentais os comportamentos individuais dos seus integrantes.” Ainda de acordo com os autores, de outro modo, o desenvolvimento econômico somente será possível se existirem líderes empreendedores.

A famosa reputação de Schumpeter tem como base fundamental a sua autoria na denominada “destruição criativa”. Pois, as tecnologias que inovam a todo o momento acabam destruindo os produtos até então criados, e de forma simultânea, desenvolvem novos produtos e serviços. Atrelado a este conceito, há se destacar o papel das novas estruturas que dentro do contexto da “destruição criativa” acabam destruindo as antigas estruturas. Portanto, podemos perceber que na concepção schumpeteriana o progresso é fruto do ato destruidor e criador, sendo os empreendedores os responsáveis pelo rompimento do fluxo circular da economia para uma economia dinâmica, competitiva e com novas oportunidades. Assim, sempre existirá um ambiente favorável a inovação, mudança, substituição de produtos e criação de hábitos de consumo (SANTIAGO, 2009).

A destruição criativa leva as estruturas estabelecidas de mercado a se recriarem, obrigando as empresas comprometidas com modelos antigos a se adaptarem ou morrerem, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da produção de bens e serviços. Um ciclo de inovações originais pode surgir a partir de uma inovação, e sendo esta uma inovação relevante poderá induzir originais e diferentes inovações dentro de um mesmo nicho ou setor de mercado, desenvolvendo a criatividade no processo de inovar e difundir (VALE, 2014). Para a autora, Schumpeter apresenta uma diferenciação entre empreendedor, inventor, capitalista e gestor. O empreendedor implementa novas ideias. O inventor produz novas ideias. O

capitalista possui os meios para investir. O gestor realiza as funções administrativas. Ainda conforme a autora, Schumpeter afirma que “o desempenho do empreendedor envolve, por um lado, a habilidade de perceber novas oportunidades dotadas, naquele momento, de riscos, e, por outro, a capacidade de quebrar as resistências do meio às mudanças. No passado, tais habilidades encontravam-se diretamente associadas a certos indivíduos em particular”.

O empreendedorismo deriva da destruição de antigos conceitos, que por serem velhos não têm mais a capacidade de atender, surpreender e encantar as pessoas. A mudança é algo essencial no empreendedorismo (BAGGIO E BAGGIO, 2014). Segundo os autores (2014, p. 27), “o empreendedor é um inovador de contextos. As atitudes do empreendedor são construtivas. Possuem entusiasmo e bom humor. Para ele não existem apenas problemas, mas problemas e soluções”. De acordo Santiago (2009, p. 89), “o economista e sociólogo Schumpeter, fundamentou o empreendedorismo e o espírito empreendedor como vetor essencial para constituir a empresa e o desenvolvimento”.

O empreendedor para Schumpeter é o responsável pela realização de novas combinações ou inovações que podem ser identificadas por introdução de: (a) um novo bem ou de uma nova qualidade de bem; (b) introdução de um novo método de produção ou comercialização de um bem; (c) abertura de novos mercados; (d) conquista de novas fontes de oferta de matérias-primas ou de bens semi-faturados; e (e) estabelecimentos de uma nova organização de qualquer indústria, abrangendo, assim, as coisas novas e as novas maneiras de se fazer (FUZETTI, 2009). Segundo o autor, “sob esse ponto de vista e levando-se em consideração que o empreendedor seja responsável pela inovação, e que segundo Schumpeter, estes processos podem trazer o estímulo para o desenvolvimento, gerando novas inovações”. Para Santiago (2009, p. 90), “quando um empresário empreendedor põe em prática, em um determinado ciclo produtivo, uma ou várias das inovações há pouco apresentadas está dando à sociedade uma “resposta criadora””.

Na busca do conceituar o empresário empreendedor no contexto de Schumpeter, podemos destacar as palavras de Santiago (2009):

Acredito que o perfil do empreendedor schumpeteriano está mais ou menos delineado. É o indivíduo que quebra a cadência da normalidade produtiva, introduzindo novos paradigmas (resposta criadora, destruição criativa, inovações radicais etc.) aos sistemas produtivos. O empresário empreendedor estabelece processos revolucionários pelo fato de racionalizar todo e qualquer aspecto de sua empresa. A despeito dessas possíveis

influências, Schumpeter advertiu: empresárias são pessoas que tomam a iniciativa de mudar os modelos tecnológicos básicos e de demanda da economia em um ciclo de destruição criativa. A motivação do empresário corresponde à vontade de conquistar, ao impulso para lutar, para mostrar-se superior aos outros, para ter êxito pela simples razão de alcançar tal objetivo, e não apenas visando aos frutos do êxito em si SANTIAGO (2009, p. 92).

A destruição criativa de Schumpeter consiste em um impulso fundamental que aciona e mantém o motor capitalista e, conseqüentemente, promove o desenvolvimento econômico, pois através dele que são gerados os novos produtos, serviços, métodos de produção e novos mercados (DEGEN, 2008). Logo, destaca o autor, é o processo que destrói sem cessar os produtos e serviços estabelecidos nos mercados, substituindo-os por novos mais eficientes e mais baratos. Portanto, trata-se de um processo que acaba com a estrutura econômica vigente, desenvolvendo a partir disto uma nova, mais bem desenvolvida e com força para permanecer no mercado, afirma o autor.

Na visão de Santiago (2009), a abordagem do espírito empreendedor na visão schumpeteriana é entendida levando em considerando a relação entre capital e trabalho, fatores de produção que são articulados na busca da criação de produtos e serviços, conforme transcrito abaixo:

A concepção de Schumpeter acerca do empreendedor diz respeito àquele que combina capital e trabalho como fatores de produção articulados; prevê a permanente criação de produtos e serviços; descobre fontes de matérias-primas e estabelece formas de organização. O espírito empreendedor não é somente a coragem ou disposição para implantar um negócio. Está intimamente ligado à inovação a serviço do crescimento, à exploração de um nicho de mercado imperceptível para muitos. É esse ciclo renovável que alimenta as possibilidades de expansão da economia. Esse conjunto é que motiva o empresário empreendedor para a plena liberdade de ação culminando, frequentemente, com a “destruição criativa” SANTIAGO (2009, p. 89).

Gomes (2005) aborda que o empresário inovador é um componente fundamental do processo de desenvolvimento econômico, de acordo com a visão schumpeteriana. Para a autora, a existência de empresários inovadores e de novas combinações produtivas é condição necessária para o processo de desenvolvimento econômico, pois a situação em que uma economia não está em processo de desenvolvimento econômico é referida por Schumpeter como a “economia em fluxo circular”. Para Gomes (2005, p. 7) “essa situação caracteriza uma economia em equilíbrio, onde as relações entre as variáveis ocorrem em condições de crescimento equilibrado, o qual é determinado pelo ritmo da expansão demográfica; dessa

forma, ocorre a ausência de inovações e empreendedorismo”.

Seguindo com o pensamento de Santiago (2009), o autor aborda que Schumpeter define o desenvolvimento, como sendo “mudanças espontâneas e descontínuas do canal do fluxo circular, perturbações do centro de equilíbrio”, e que este está presente no ambiente das organizações industriais e comerciais. Segundo Santiago (2009), isto quer dizer que, “é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por eles” (SCHUMPETER, 1982 *apud* SANTIAGO, 2009). No início deste século surgiu uma nova visão do desenvolvimento econômico e da inovação conceituada por Schumpeter, sua teoria destacou o modelo dinâmico da economia, em que ocorrem as transformações que geram o desenvolvimento econômico (FUZETTI, 2009). Portanto, para melhor compreendermos o conceito de desenvolvimento na visão schumpeteriana, destacamos o trecho abaixo:

(...) Entendemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento deve ser procurada fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. (...) O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente (SCHUMPETER, 1982 *apud* SANTIAGO, 2009 p. 90).

Martes (2010, p. 255) afirma que para Schumpeter, “inovar produz tanto desequilíbrio quanto desenvolvimento (diferente de crescimento econômico enquanto mero aumento do capital), numa situação específica em que a competição moderna entre os capitalistas não se dá por meio do preço, mas sim da tecnologia”. De certa forma, Bittar, Bastos e Moreira (2014) trazem o entendimento que para Schumpeter a ausência de inovação e atividades criativas leva a vida econômica a um estado estacionário, no qual o desenvolvimento está ausente por completo. Para os autores, o elemento central que permite o desenvolvimento é a inovação, processo em que a figura do empreendedor torna-se relevante. Assim, para

Schumpeter, a inovação é função dos empresários e a invenção é função dos inventores. A partir da primeira função, surge nos mercados a destruição criativa, conceito cunhado pelo economista, uma vez que a inovação torna obsoletos os estoques antigos, as ideias, as tecnologias, as habilidades e os equipamentos, desencadeando um contínuo progresso, e melhoria dos padrões de vida para todos.

Monnerat e Altaf (2015, p. 8) expõe que “Schumpeter (1997) afirma que para fomentar o empreendedorismo era necessário muito mais do formular políticas que visem a desburocratização e a capacitação dos envolvidos dentro e fora dos governos”. Era necessário desenvolver políticas públicas ao empreendedor, como o acesso a linhas de crédito, base para a ação empreendedora.

É possível verificar que muitos pesquisadores buscaram ampliar as pesquisas e a abrangência sobre o empreendedor. Entretanto, Schumpeter sempre discutiu o papel do empreendedor na economia, colocando em evidência suas ideias a respeito dessa posição a ser ocupada em um cenário econômico, político e histórico. Um maior aprofundamento do tema se dá a partir de estudos comportamentalista (CAVALCANT, 2003).

1.5 – Os comportamentalistas e suas visões: Teoria Comportamentalista

A segunda teoria, dos comportamentalistas, refere-se aos profissionais do comportamento humano: psicólogos, psicanalistas, sociólogos, entre outros. O objetivo desta abordagem do empreendedorismo foi de aumentar o conhecimento sobre motivação e o comportamento humano. Rodrigues (2007) afirma que é possível compreender a força do potencial humano em influenciar o ambiente socioeconômico a partir do entendimento da organização da dinâmica humana. Um dos primeiros autores desse grupo a demonstrar interesse foi Max Weber em 1930. Ele identificou o sistema de valores como um elemento fundamental para a explicação do comportamento empreendedor (BAGGIO E BAGGIO, 2014). Weber buscou respostas nos traços pessoais e nas atitudes dos indivíduos, recorrendo aos sistemas de valores e ações econômicas para explicar o devotamento ao trabalho e à prática do empreendedorismo, entendido como o espírito do capitalismo (SANTIAGO, 2009). Via os empreendedores como inovadores, pessoas independentes cujo papel de liderança nos negócios inferia uma fonte de autoridade formal. Toda via o autor que realmente deu início à contribuição das ciências do comportamento foi David C. McClelland (BAGGIO E BAGGIO,

2014). McClelland contribuiu no sentido de estabelecer um elo entre a iniciativa empresarial e o crescimento econômico (SANTIAGO, 2009).

Os fatores internos ou endógenos, os valores e motivações humanas levam o homem a explorar oportunidades, a usufruir de condições favoráveis de negócios e a promover o progresso econômico, segundo aponta McClelland (1971 *apud* Vale 2014 p. 880). De acordo com o autor, “o rápido crescimento econômico tem sido explicado por fatores externos”. McClelland afirma que o ser humano tem a iniciativa de agir por conquistas e realizações, ou seja, “um desejo de realizar as coisas da melhor maneira, não exatamente pelo reconhecimento social ou prestígio, mas sim pelo sentimento íntimo de necessidade de realização pessoal”. Nessa linha, Baggio e Baggio (2014), afirmam que “McClelland foi um dos primeiros autores a estudar e destacar o papel dos homens de negócios na sociedade e suas contribuições para o desenvolvimento econômico. Esse autor concentra sua atenção sobre o desejo, como uma força realizadora controlada pela razão”. Indivíduos com elevado nível de necessidade por realização e conquista apresentam uma maior propensão a perseguir desafios, de maneira relativamente autônoma. Alguns fatores poderiam explicar por que determinadas pessoas se diferenciam nessa dimensão. Entre eles, situam-se: (a) a associação entre autorrealização e sentimentos positivos; (b) uma educação que estimula a independência pessoal; (c) a noção de recompensa pelo sucesso; (d) a vontade de perseguir desafios (Vale, 2014).

Em seus estudos, McClelland encontrou um conjunto de características inerentes ao empreendedor, dentre elas algumas mais frequentes como: confiança, perseverança, diligência, habilidade, criatividade, visão, iniciativa, inteligência e percepção (GREATTI E SENHORINI, 2000). Vale (2014), apresenta o surgimento do espírito empreendedor abordado por McClelland, descrito da seguinte maneira:

Para McClelland (1971, 1972), é a necessidade de realização que move indivíduos na busca de atividades empreendedoras. Tal necessidade faz com que canalizem energia para a melhoria e o constante progresso de seus empreendimentos. A motivação para a realização estaria enraizada em certas práticas culturais que se manifestam em termos de crenças, valores e normas de uma dada sociedade. Dessa maneira, diferentes culturas e sociedades apresentam diferentes propensões ao surgimento do espírito empreendedor VALE (2014, p. 81).

Para Zarpellon (2010), David McClelland, deu início à contribuição das ciências do comportamento para o empreendedorismo e analisa o empreendedor numa perspectiva

comportamental, procurando evidenciar suas características psicológicas afirmando “que a motivação constitui o principal combustível do motor empreendedor, sendo essa fundamentada em três necessidades básicas do ser humano: necessidade de realização, de afiliação e de poder”. É importante observar que os autores da teoria comportamentalista não se opuseram às teorias dos economistas, e sim ampliaram as características dos empreendedores.

Com a expansão das ciências do comportamento em vários campos do conhecimento, o empreendedorismo não ficou de fora. Pesquisas e publicações descreviam fatos, pensamentos, ideias e conceitos sobre o tema (CAVALCANTI, 2003). De acordo com a autora, o empreendedorismo foi dominado por 20 anos, até o início dos anos 80 pelos comportamentalistas. As ciências do comportamento estavam desenvolvendo-se com muita rapidez e havia entre elas um consenso maior sobre as metodologias mais válidas e confiáveis do que em qualquer outro ramo da ciência. Esse desenvolvimento refletia-se na pesquisa sobre uma série de assuntos, incluindo empreendedores. No quadro 1, podem ser visualizadas as características mais comuns atribuídas aos empreendedores de acordo com visão dos Comportamentalistas:

Quadro 1 – Características mais frequentemente atribuídas aos Empreendedores pelos Comportamentalistas

Inovação	Otimismo	Tolerância à Ambiguidade e Incerteza
Liderança	Orientação para resultados	Iniciativa
Riscos Moderados	Flexibilidade	Capacidade de aprendizagem
Independência	Habilidade para conduzir situações	Habilidade na utilização de recursos
Criatividade	Necessidade de realização	Sensibilidade a outros
Energia	Autoconsciência	Agressividade
Tenacidade	Autoconfiança	Tendência a confiar nas pessoas
Originalidade	Envolvimento a longo prazo	Dinheiro como medida de desempenho

Fonte: Cavalcanti, 2003, p. 358.

Do ponto de vista do comportamento do empreendedor, o empreendedorismo pode ser ainda, considerado um “fenômeno regional, ou melhor, a visão deste fenômeno não deve estar

desprovida de uma análise contextualizada das peculiaridades regionais” (TEIXEIRA, 2001; GREBER, 1990 *apud* PAIVA JR. E CORDEIRO, 2002, p.2). As culturas, necessidades e hábitos de uma região determinam comportamentos uma vez que empreendedores integram, assimilam e interpretam esses comportamentos e este fato tem reflexos sobre o modo como formam novos negócios. Empreendedores locais podem refletir a cultura de sua própria comunidade e, assim, concentrarem-se na busca de nichos de mercado e satisfação de necessidades específicas do local (PAIVA JR. E CORDEIRO, 2002).

É possível identificar duas forças que impulsionam o empreendedorismo, com base na motivação do comportamento empreendedor, segundo o autor a oportunidade e a necessidade diferenciam o ideal empreendedor com fundamento na motivação (BOM ANGELO, 2003). O autor afirma que os empreendimentos que são derivados da oportunidade é fruto do investimento em um novo negócio com a finalidade de aproveitamento de uma situação favorável visualizada no mercado. Enquanto que, os empreendimentos que derivam da necessidade nascem de uma busca por trabalho e renda, principalmente para atender a necessidade a curto prazo e em determinado momento. GREATTI E SENHORINI (2010) destacam que o empreendedor não deve ser considerado empresário apenas por sua atitude empreendedora, pois é necessário ter uma ideia de negócio lucrativo, um produto certo, ter acesso a capital, contatos pessoais e competências para poder competir eficazmente.

1.6 – A Teoria *Effectuation* e sua influência sobre o Empreendedorismo

Effectuation é uma abordagem teórica utilizada por agentes empreendedores no processo de criação e desenvolvimento de novos produtos e negócios SARASVATHY (2008). O modelo decisório do *Effectuation*, que tem como significado as ações de efetuar, realizar e executar, foi desenvolvido por Sarasvathy como alternativa a abordagem causal, a qual vem sendo apontada por não representar a melhor forma para se criar um novo empreendimento LEMOS (2016). A utilização da lógica *effectual*, representada na figura 01 dos autores Salusse e Andreassi (2016, p. 310), possibilita ao empreendedor iniciar o processo de criação do negócio com base em uma ideia genérica, ou seja, superficial, sem o auxílio de qualquer plano de negócio ou definição de objetivos e metas, utilizando para isto os recursos existentes com o intuito de desenvolver a interação com os potenciais *stakeholders*. Assim, a partir do resultado de suas decisões e das interações do empreendedor com seus *stakeholders*, “o empreendedor decide mudar a ideia inicial do negócio à medida que esses *stakeholders* se comprometem e se

engajam com o desenvolvimento conjunto do negócio e, com isso, novos recursos e novos objetivos emergem” SALUSSE E ANDREASSI (2016).

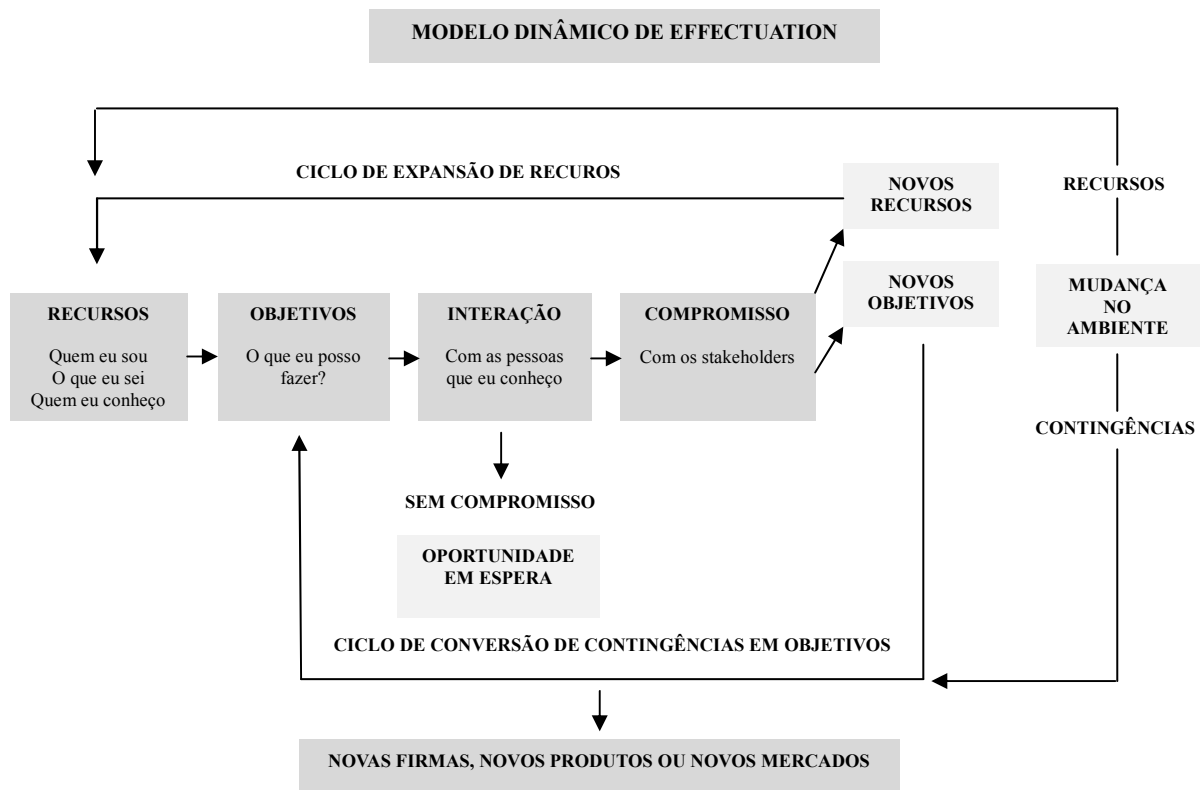


Figura 01: Modelo Dinâmico de *Effectuation*
Fonte: Salusse e Andreassi (2016, p. 310)

Na Figura 01, é apresentado o modelo dinâmico de *effectuation*, que ilustra a forma como os recursos que empreendedor tem em mãos – capacidades, conhecimentos, pessoas – determinam seus objetivos primários, questionando-se o que pode ser feito por meio da interação com as pessoas que consegue com isso obter compromissos com *stakeholders*, permitindo ao empreendedor acessar novos recursos e estabelecer novos objetivos. Entretanto, a interação com as pessoas quando é prejudicada pela falta de engajamento ou falta de compromisso, faz com que as oportunidades fiquem para outro momento, perdendo a possibilidade de criação e desenvolvimento de novos negócios, produtos ou mercados. (SALUSSE E ANDREASSI, 2016). Em condições de incerteza, os empreendedores são mais propensos a seguirem um processo de decisão que difere da lógica inerente aos modelos de causalidade, pois ao invés de analisar alternativas e selecionar aquela com maior retorno esperado, o empreendedor seleciona alternativas baseadas na acessibilidade da experimentação, fazendo alianças com potenciais fornecedores, concorrentes e clientes CHANDLER *et al.* (2007). Segundo os autores, os critérios de decisão tornam-se a

acessibilidade da experimentação. No processo do Effectuation, “o empreendedor toma um conjunto de meios possuídos e foca na seleção entre os possíveis efeitos que podem ser criados com estes meios” (SARASVATHY, 2001, p. 245).

A teoria tem como princípio evidenciar que quando aplicada ao empreendedorismo, embora não reduza a probabilidade de fracasso, diminui seu custo, deixando aberta a possibilidade de maiores investimentos no futuro, caso sejam validadas as hipóteses iniciais do novo negócio. Permite ao empreendedor falhar com menos tempo de negócio no mercado. Assim, os eventuais problemas que afetam o desenvolvimento do negócio tornam-se evidentes devido ao processo de experimentação, consequentemente com menor nível de investimento do empreendedor, que investe recursos disponíveis na identificação de oportunidades acessíveis, desenvolvidas por meio da interação com *stakeholders* (SALUSSE E ANDREASSI, 2016).

A *effectuation* é formada por quatro dimensões, conforme propõe Chandler *et. al* (2011): *(a) experimentação*: trata-se do processo de tentar aplicar abordagens diferentes no mercado antes de se estabelecer em um conceito de negócios. Busca encontrar um modelo de negócio que funcione, onde as características de diferenciação do produto ou serviço que inicialmente imaginariam no início acabam se transformando com o desenvolvimento do negócio. Na lógica do *Effectuation* o futuro não pode ser previsto e as estratégias são emergentes, o empreendedor busca uma série de experimentos cujo objetivo é identificar um modelo de negócios que funcione (CHANDLER ET AL., 2011).; *(b) perda aceitável*: estabelecimento do valor investido com base no montante que o empreendedor está disposto a perder. Experimentos que custariam mais do que os empreendedores podem perder são rejeitados em favor de experiências acessíveis, pois as escolhas dos empreendedores ao iniciarem um novo negócio são feitas com base na aceitação ao risco e perda. Risco e tomada de decisão são dois fatores interligados LEMOS (2016); *(c) flexibilidade*: o termo designa a capacidade de algo ceder e em seguida se recuperar LEMOS (2016). Os processos são caracterizados pela flexibilidade, ou seja, adaptação inicial às contingências, circunstâncias e conhecimentos adquirido. Os empresários devem ser suficientemente flexíveis para aproveitar as oportunidades contingentes. Uma vez que a formatação da estrutura organizacional dependerá das contingências do ambiente e dos investimentos feitos, os empreendedores têm de ser flexíveis (CHANDLER ET AL., 2011).; *(d) pré-acordos*: é o estabelecimento de

acordos estratégicos com *stakeholders*. Portanto, os empreendedores que atuam sobre a perspectiva *effectual* identificam oportunidades a partir de recursos existentes, tomam decisões de investimento com base no que estão dispostos a perder, aproveitam as contingências e estabelecem relações estratégicas CHANDLER *ET AL.* (2007); SALUSSE E ANDREASSI (2016). No modelo decisório do *Effectuation* não existe previsão sobre o futuro, mas há sua construção por meio de alianças estratégicas e pré-comprometimentos com potenciais parceiros (SARASVATHY, 2001). Com as parcerias desenvolvidas menores serão as incertezas enfrentadas no novo negócio e com isso os recursos serão maximizados pelos parceiros. O exemplo clássico citado por Sarasvathy (2001) para fazer entender o que é *Effectuation* é o seguinte: se você contrata um chefe de cozinha experiente para preparar um jantar e o deixa à vontade para escolher a receita, ele terá a liberdade de utilizar os meios disponíveis a seu alcance, e concomitante a sua imaginação, experiência e aspiração realizará o evento, fazendo uma surpresa aos convidados LEMOS (2016).

O *Effectuation* é cíclico, pois na medida em que o empreendedor vai tomando decisões e os resultados vão aparecendo, ele amplia sua *expertise* e utiliza-se dos *feedbacks* para adaptar as estratégias (flexibilidade), e com isso mudar o curso dos eventos futuros (CHANDLER *ET AL.*, 2011). Permite que tomadas de decisões mais flexíveis contribuam para as empresas melhor se adaptarem ao ambiente que estão inseridas. A incerteza faz parte do processo decisório. O maior problema é porque os empreendedores não conhecem plenamente a relação entre os custos sociais e a rentabilidade do negócio antes de iniciarem os novos empreendimentos LEMOS (2016).

1.6.1 – A lógica do controle na Teoria *Effectuation*

Existem processos de tomada de decisão que não são baseados no fato de que, empreendedores acumulam conhecimento e utilizam a favor de refinar suas sensibilidades por meio de previsões e afirmações antecipadas, pois muitas decisões são baseadas em crenças sobre a probabilidade de eventos incertos. Portanto, agir baseado nessas crenças é a origem da oportunidade empreendedora, caracterizado por um conjunto de ideias e ações que possibilitem a criação e desenvolvimento de bens e serviços futuros (LEMOS, 2016). A ideia central do modelo do *Effectuation* é que numa situação de incerteza real é impossível o empreendedor desenhar inferências estatísticas para fazer previsões, pois ao invés do empreendedor analisar alternativas e selecionar intencionalmente aquela que apresenta o melhor

retorno, ele utiliza a lógica do possível controle sobre a construção do futuro – alternativas de ação baseadas em perdas aceitáveis, estratégias de parceria, e aproveitamento de contingências – para lidar com incerteza (CHANDLER *ET AL.*, 2011).

O fato da lógica do *Effectuation* ser diferente da lógica preditiva racionalmente causal, não significa que as decisões efetuais dos empreendedores sejam livres de consciência. A ausência de um plano ou programa de instruções não significa que os empreendedores não possam ser estratégicos. O fato do *Effectuation* ser uma lógica que tem suas bases elaboradas a partir do paradigma da racionalidade limitada não significa que a parte causal faltante nessa lógica decisória seja completada de maneira irracional LEMOS (2016).

Os princípios gerais do *effectuation* descritos por Sarasvathy (2001), para operacionalizar a lógica do controle estão sumarizados no Quadro 02. Para cada tema existe uma posição estratégica possível. No *Effectuation*, o empreendedor controla o futuro imprevisível explorando suas contingências, em vez de tentar acumular conhecimento para prever suas incertezas. Ele se compromete em primeiro focar nos aspectos que são controláveis. O que define as escolhas a serem feitas são os meios possuídos e a sua imaginação. As escolhas são feitas com base no risco percebido e na aceitação as perdas. A agência dos empreendedores é elevada e constante sobre as decisões. Como somente alguns meios são possuídos pelo empreendedor e pela empresa, ele empreendedor prefere a criação de alianças estratégicas cooperativas em vez de competitivas na etapa de aquisição de recursos LEMOS (2016).

Quadro 02: Princípios gerais do *Effectuation*

Tema	Posição do <i>Effectuation</i>
Visão de futuro	Previsão não tem importância enquanto meio para resultados.
Bases para o comprometimento	Empreendedor faz o que tem capacidade de fazer e não o que a previsão diz sobre o que deve ser feito.
Bases para ação e aquisição de <i>stakeholders</i>	Ação emerge dos meios possuídos e da imaginação. Comprometimento com <i>stakeholders</i> conduzem a elaboração de sub objetivos. Os <i>feedbacks</i> conduzem a

	elaboração de objetivos principais.
Planejamento	É contingencial. São escolhidos caminhos que possibilitem a mudança na estratégia quando necessário.
Predisposição frente a riscos	Não arrisca mais do que está disposto a perder. Os cálculos são baseados na desvantagem possuída pela estrutura.
Atitudes com relação a outras empresas	Criar um mercado ou produto em conjunto com demais <i>stakeholders</i> , mesmo com competidores.

Fonte: Lemos (2016, p. 74)

A visão de futuro retrata a posição do *Effectuation* estabelecendo que determinadas previsões não tenham importância enquanto meio para atingir resultados. O empreendedor faz o que tem capacidade de fazer e não o que a previsão diz sobre o que deve ser feito; o comprometimento e a cooperação com os *stakeholders* é algo vital para os empreendedores que usam o *effectuation* para criar e desenvolver negócios. O planejamento para os empreendedores pela lógica do *effectual* é saber escolher caminhos que permitam a mudança na estratégia quando necessário e não arriscam mais do que estão dispostos a perder LEMOS (2016).

No modelo do *Effectuation*, o empreendedor pode decidir por qual caminho seguir na medida em que o constrói, sendo as redes sociais um importante ambiente para o empreendedor ter acesso aos recursos faltantes para fazer o empreendimento avançar (SCHLÜTER ET AL., 2011). Para o autor (p. 126), “um dos principais meios de um ator “eficaz” é utilizar seus conhecimentos e rede para encontrar parceiros de cooperação”. Conforme Sarasvathy (2001), os meios necessários para o uso do *Effectuation* estão presentes em dois níveis: empresa e indivíduo. Em nível de empresa os meios correspondentes são recursos físicos, humanos e organizacionais. Em nível de indivíduo são três as categorias de meios que podem gerar sucesso organizacional: 1) os empreendedores conhecem quem eles são, ou seja, suas características, preferências e habilidades; 2) o que os empreendedores conhecem, ou seja, as informações e conhecimentos possuídos (experiência anterior na

indústria e/ou conhecimento formal); 3) quem os empreendedores conhecem, ou seja, a rede social na qual eles pertencem.

1.6.2 – A Teoria *Causation*

A abordagem do *causation* é baseada no planejamento e na análise, as oportunidades são derivadas das avaliações analíticas das informações, enquanto que a *effectuation*, refere-se a estratégias emergentes e não preditivas (FAIA ET AL., 2014). Segundo os autores (p. 201) essas abordagens, desenvolvidas por Sarasvathy, apresentam como principal diferença o conjunto de escolhas, pois “enquanto no processo causal as escolhas se referem aos melhores meios para se criar um determinado efeito, no processo *effectual*, as escolhas se referem a quais os efeitos possíveis a partir dos meios disponíveis”. A definição do paradigma causal de tomada de decisão é o da causação LEMOS (2016). Portanto, “o empreendedor toma um efeito particular como conhecido e foca na seleção de meios para criar um efeito previamente desejado” (SARASVATHY, 2001, p. 245). O autor define as abordagens do *causation* e *effectuation* como: “o processo causal toma um efeito particular como dado e foca na seleção entre meios para criação desse efeito. O processo *effectuation* toma um conjunto de meios como dado e foca na seleção entre efeitos possíveis que podem ser criados a partir desses meios” (p. 245).

Os fatores importantes na abordagem causal, segundo Ficher (2012 *apud* Faia et al. 2014), consistem no estabelecimento prévio dos objetivos, na análise das restrições ambientais e na análise dos meios necessários para o cumprimento dos objetivos, de forma a maximizar o retorno sobre o investimento. De acordo com Faia et al., (2014, p. 202) para essa abordagem, “raramente são criados novos mercados, ocorrendo a ação empreendedora em mercados pré-existentes, caracterizando-os como novos entrantes em indústrias já estabelecidas”.

Chandler et al. (2011) afirma que no processo causal, o processo de tomada de decisão tem como fundamento as informações a que o indivíduo tem acesso, além da expectativa de retorno por cada opção de mercado encontrada e analisada. De acordo com HONIG E KARLSSON (2004 *apud* FAIA ET AL., 2014), o plano de negócios torna-se peça fundamental na criação de novos produtos e negócios com base na abordagem causal, pois este documento descreve de modo racional a situação atual e futura da organização, procurando assim auxiliar

os empreendedores na busca pelo lucro e eficiência proporcionados pelo aumento das receitas de vendas.

A estrutura geral do modelo decisório do *Causation* foi delineada por Sarasvathy (2001) conforme demonstra o Quadro 3. Para cada tema existe uma posição estratégica passiva de ser adotada.

Quadro 03: Princípios gerais do *Causation*

Tema	Posição do <i>Causation</i>
Visão de futuro	É uma continuação do passado, por isso é passivo de previsão.
Bases para o comprometimento	Manter o curso da maximização e fazer o que deve ser feito.
Bases para ação e aquisição de <i>stakeholders</i>	Objetivos determinam ações. Incluindo aqueles que devem fazer parte dela.
Planejamento	Caminho a ser seguido é determinado por aqueles que têm compromisso com os objetivos traçados.
Predisposição frente a riscos	Maximizar as oportunidades, mas sem aceitar riscos de queda.
Atitudes com relação a outras empresas	Ele se relaciona com demais <i>stakeholders</i> somente o necessário para satisfazer seus objetivos.

Fonte: Lemos (2016, p. 82)

Na lógica do *Causation*, “os empreendedores se engajam em análises e atividades na medida em que exploram os recursos e conhecimentos disponíveis” (CHANDLER *et al.*, 2011, p. 377). De acordo com Lemos (2016), Sarasvathy desenvolveu uma estrutura de análise do modelo decisório do *Causation*, assim como procederam com o modelo decisório do *Effectuation*. Foi elaborado e validado uma escala que demonstrou que este modelo decisório pode ser compreendido como sendo um pensamento formado pela combinação de impressões passadas e presentes, ou seja, um “construto” com duas subdimensões CHANDLER *et al.* (2011). Segundo o autor a primeira é composta por sete que envolvem um paradigma racionalmente causal, onde a ideia de causa e efeito é a lógica decisória do

Causation em si. Eles são capazes de levar as organizações ao resultado esperado: (1) analisar oportunidades de longo prazo e selecionar aquela que proporciona melhor retorno; (2) desenvolver estratégia que melhor utilize os recursos e capacidades possuídos; (3) desenhar e planejar estratégias de negócios; (4) organizar e implementar processos de controle; (5) selecionar o mercado alvo e fazer análise competitiva; (6) clara visão de futuro sobre onde a empresa deve chegar; (7) desenhar e planejar esforços de produção e marketing. Já a segunda subdimensão da escala do *Causation* também trata dos pré-comprometimentos com potenciais *stakeholders*. No processo de criação de valor para a empresa o empreendedor busca estrategicamente os parceiros que possam oferecer recursos relevantes LEMOS (2016).

1.7 – Resumo do Capítulo

Os empreendedores precisam ter a consciência de que para obter novos recursos é fundamental aceitar *feedbacks* dos *stakeholders*, e não ficar apenas na independência decisória (particular), pois para o desenvolvimento do negócio os parceiros agregam valor significativo ao futuro do empreendimento e conseqüentemente ajudam a mudar o caminho das ações se for preciso. Todo novo negócio é cercado de incertezas, e o custo de convencer as partes interessadas a aceitar essa missão fica por conta do empresário. Assim, quando comprometidos com o processo de desenvolvimento do novo negócio, os *stakeholders* devem ter voz ativa para propor mudanças estratégicas.

Effectuation significa uma alteração de paradigma da maneira como é compreendido o empreendedorismo. A sua contribuição enquanto teoria vai além de ser uma forma alternativa para explicar o processo de tomada de decisão (VENKATARAMAN; SARASVATHY, 2000), sendo “útil em situações onde não existe universo pré-definido de possibilidades a se explorar – em vez disso, um universo é criado, muitas vezes involuntariamente, por atos de imaginação humana” (VENKATARAMAN; SARASVATHY, 2000, p. 15).

De acordo com Lemos (2016), Sarasvathy afirma que os seres humanos criam valor a toda hora em sua vida (artes, religião, esportes, culinária) e esses valores influenciam em suas ambições. No processo do *Effectuation*, “o empreendedor toma um conjunto de meios possuídos e foca na seleção entre os possíveis efeitos que podem ser criados com estes meios” SARASVATHY (2001). E o empreendedorismo no fim é, combinar experiência, imaginação e aspirações pessoais para construir algo que não existia. Assim, objetivos claros e bem

definidos podem ser atribuídos ao modelo de decisão do *Causation*, pois podem ocorrer revisões de projetos de negócios e outros fatores que são acessíveis ao empreendedor na construção de novos empreendimentos LEMOS (2016). Para o autor, na abordagem causal, os fatores importantes para compreensão consistem no estabelecimento prévio dos objetivos, na análise das restrições ambientais e na análise dos meios necessários para o cumprimento dos objetivos, de forma a maximizar o retorno sobre o investimento.

Ficher (2012 *apud* FAIA *et. al*, 2014) “oferece uma visão geral e comparativa entre essas abordagens”, representada na Tabela 01:

Tabela 01: Abordagens Empreendedoras – *Causation* x *Effectuation*

	1. Causation	2. Effectuation
Quais fatores explicam a abordagem?	<ul style="list-style-type: none"> • O Resultado é dado. • Seleção entre meios para alcançar esse resultado: <ol style="list-style-type: none"> 1. Começo pelos fins. 2. Análise das expectativas de retorno. 3. Análise competitiva. 4. Controle do Futuro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjunto de meios é dado. • Seleção entre efeitos possíveis criados por esses meios: <ol style="list-style-type: none"> 1. Começo pelos meios. 2. Princípio das perdas aceitáveis. 3. Estabelecimento de relações estratégicas. 4. Aproveitamento de contingências.
Como os fatores identificados se relacionam com a busca por resultados?	<p>Processos causation >> Identificam e exploram oportunidades em mercados existentes com baixo nível de incerteza.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participantes posteriores em uma indústria >> processo de causalidade. 	<p>Processos de <i>Effectuation</i> >> Identificam e exploram oportunidades em novos mercados com altos níveis de incerteza.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Operadores de início bem sucedidos em em uma nova indústria >> processo de <i>Effectuation</i>. • Empresas <i>effectual</i> >> Falha precoce e mais barata.
Por que essas relações entre os fatores e os resultados existem?	<p>A teoria da decisão:</p> <p>Os decisores lidam com futuro mensurável ou previsível, e farão a coleta de informações e a análise sistemática dentro de certos limites.</p>	<p>A teoria da decisão:</p> <p>Os decisores lidam com fenômenos imprevisíveis e vão reunir informações através de técnicas experimentais e interativas, destinadas a descobrir o futuro da aprendizagem.</p>
Quem, Onde e Quando as afirmações e limitações acerca da teoria.	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente estático, linear. • Aspectos previsíveis de um futuro incerto são discerníveis e mensuráveis. • Oportunidades empresariais são objetivas e identificáveis <i>a priori</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmico não linear e ambientes ecológicos. • O futuro é desconhecido e não mensurável. • Oportunidades empreendedoras são subjetivas, socialmente construídas e criadas.

Fonte: Ficher (2012 *apud* FAIA *et. al*, 2014, p. 202)

Os fatores relevantes para o entendimento na abordagem causal consistem no estabelecimento prévio dos objetivos, na análise das restrições ambientais e na análise dos meios necessários para o cumprimento dos objetivos, de forma a maximizar o retorno sobre o investimento FICHER (2012 *apud* FAIA *et. al*, 2014). Para o autor, na abordagem efecttual, a premissa considera que, em condições de incerteza, empreendedores adotarão um lógica de decisão diferente do modelo tradicional racional, explorando oportunidades em novos mercados, favorecendo um processo experimental e um aprendizado interativo que permitem ao empreendedor descobrir informações sobre o futuro FICHER (2012 *apud* FAIA *et. al*, 2014).

A figura do empreendedor pode ser compreendida devido às contribuições dos autores que discorreram sobre o referido tema. Entretanto, o empreendedorismo é um fenômeno heterogêneo, cercado de aspectos que impossibilitam encerrarmos numa definição geral o conceito de empreendedorismo, pois as múltiplas concepções genéricas e ambíguas são resultados do debate polissêmico relacionado ao fenômeno RODRIGUES (2007).

Espera-se, assim, que o presente capítulo possa ter contribuído para o desenvolvimento dos estudos sobre empreendedorismo, contextualizando as visões dos autores das respectivas linhas de pensamento do empreendedorismo, destacando a interpretação do principal autor nesse tema, Joseph Schumpeter. A abertura de empresas nas economias nacionais durante o século XVIII tornou-se a base da corrente Economista, consolidando o empreendedor como gerador de riquezas e propulsor do desenvolvimento econômico. Na linha evolutiva, a segunda corrente caracteriza-se por considerar o comportamento inovador como essencial ao conceito, associando o empreendedor a um agente de mudanças na sociedade. A visão contemporânea consolidada por Schumpeter destaca a intrínseca relação entre desenvolvimento econômico e social e o empreendedorismo (FILION, 1999). O conceito de empreendedorismo indica as diferenças entre as principais correntes de pensamento: a Economista, a Comportamentalista e também a moderna visão atual consolidada por Schumpeter. A Teoria *Effectuation* e *Causation* foram abordadas com o intuito de explicar a fundamentação teórica de abertura de novos negócios, tratando das características essenciais de cada perspectiva.

. O capítulo seguinte tem como objetivo principal abordar a relação do desenvolvimento econômico com o empreendedorismo, compreendendo de que forma o empreendedorismo pode favorecer o desenvolvimento econômico local.

Capítulo 2 – Relações entre Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico Local

2.1 – Introdução

Este capítulo tem o objetivo de explicitar sobre o desenvolvimento econômico local, abordando o planejamento e estratégias para o DEL por parte de governos locais, além de apontar alguns obstáculos inerentes às iniciativas para o DEL.

O Desenvolvimento Econômico Local (DEL) diz respeito a gerar condições favoráveis para o ambiente de negócios e contribuir para fortalecimento do mercado local. Assim, as iniciativas de DEL devem facilitar os negócios particulares e não criar obstáculos para os mesmos. O tema desenvolvimento econômico local pode ser inserido no debate sobre gestão local, pois este tema tem ganhado destaque à medida que se discute o papel dos municípios como agentes de promoção e ativação do desenvolvimento econômico (VITTE, 2006). O desenvolvimento regional e local passou a observar que fatores antes considerados secundários ao crescimento e com forte diferenciação local eram importantes na explicação do sucesso de certas localidades (AMARAL FILHO, 1996). Assim, os fatores quando estimulados, possibilitavam melhorar a produção e favorecia a distribuição da renda.

As condições fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico podem ser descritas de acordo com Coelho (2000) da seguinte forma: inserção de segmentos sociais a novos movimentos e políticas-culturais; geração e consolidação das ações empreendedoras locais; regulação das relações entre comunidade e empresa dentro de um contexto social e ambiental; construção de uma rede de sustentabilidade econômica das atividades locais; e desenvolvimento do cenário (ambiente) de inovação e geração de oportunidades.

2.2 – Planejamento e Estratégias para o DEL

O desenvolvimento econômico local pode ser definido, segundo Vitte (2006), “como o conjunto de estratégias e ações para a (re)construção da base produtiva local, visando a ativação da economia local e pode provocar impactos no território”. A ideia de local, por sua vez, pode ser entendida como um município, parte de município, um conjunto de municípios, um estado ou mesmo uma região. Ainda de acordo com a autora, a gestão do desenvolvimento local pode ser diferenciada e discutida por meio da análise das ações e estratégias de

desenvolvimento implementadas por vários agentes, em especial o governo local, permitindo avaliar seus resultados econômicos e também observar como ocorre a materialização dessas estratégias.

Na visão de Llorens (2001), o desenvolvimento econômico local é destacado como sendo um processo de desenvolvimento econômico e mudança estrutural que conduz a uma melhoria do nível de vida da população local e no qual podem ser distinguidas várias dimensões: (a) econômica, na qual o autor aborda que os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos locais com níveis de produtividade para ser competitivos no mercado; (b) recursos humanos, os atores educacionais e de capacitação negociam com os empreendedores locais a adequação de conhecimentos de inovação; (c) sociocultural, na qual os valores e as instituições locais impulsionam ou apoiam o próprio processo de desenvolvimento; (d) política-administrativa, a gestão local e regional facilita a articulação público-privada favorável ao desenvolvimento produtivo e empresarial; e (e) ambiental, que inclui a atenção às características específicas potenciais e limitantes do meio natural, a fim de assegurar a sustentabilidade do meio ambiente.

O DEL é sempre orientado pelo governo, para o qual planejar atividades de DEL encaixa-se em sua atuação normal (MEYER-STAMER, 2004). Devido à necessidade de criar vantagem competitiva local, muitas regiões por parte de seus governos locais estão tratando o desenvolvimento econômico local de forma estratégica, tentando com isto desenvolver modelos específicos para obter sucesso. Para Meyer-Stamer (2004), os governos locais vêm se tornando mais pró-ativos, utilizando instrumentos tais como a promoção de empreendedorismo, de incubadoras de empresas e de tecnologia, além da promoção de *clusters*. O conceito de estratégia aplicado ao conceito de DEL, segundo aponta Mintzberg (1987 *apud* Meyer-Stamer, 2004, p. 17), distingue cinco possibilidades:

- “1. Estratégia como plano: curso de ação pretendido (realizado com antecedência, desenvolvido conscientemente e com um propósito);
2. Estratégia como manobra: sendo esta destinada a vencer o oponente ou concorrente em esperteza;
3. Estratégia como padrão: ter consistência de comportamento, sendo ou não pretendido (gradualmente, as abordagens bem sucedidas fundem-se em um plano de ações, tornando-se estratégia);
4. Estratégia como posição: meio de localizar uma organização em um mercado ou ambiente competitivo (esta estratégia envolve observação para encontrar um *cluster* em um ambiente);
5. Estratégia como perspectiva: um modo arraigado de perceber o mundo

(cultura, visão, caráter, ideologia; a perspectiva deve ser compartilhada, deve atender cuidadosamente ao pensar coletivo: indivíduos unidos por pensamentos ou comportamentos comuns).”

Em um estágio inicial de DEL, o conceito nº 3 é o mais apropriado, pois num primeiro momento, o ponto crucial é promover o DEL, geralmente implementando projetos pequenos e práticos, que melhorem imediatamente o ambiente e as oportunidades empresariais, ao invés de formular estratégias, uma vez que isso seria quase tão útil quanto discutir a forma e a cor de um elefante sem saber exatamente o que ele é, afirma Meyer-Stamer (2004). Os outros conceitos de estratégia se tornarão relevantes somente depois que os atores locais tiverem aprendido sobre o que se trata DEL, através da implementação de atividades práticas, destaca o autor.

De acordo com Llorens (2001), a importância do desenvolvimento econômico local como formas flexíveis de ajuste produtivo em determinada região, no sentido de que estas não se apoiam no desenvolvimento concentrador e hierarquizado, baseado na grande empresa industrial localizada em grandes cidades, busca com isso gerar um impulso sobre os recursos potenciais de caráter endógeno, tratando de recriar um ambiente institucional político e cultural de fomento das atividades produtivas e de geração de emprego. Para o autor, a descentralização político-territorial pode constituir uma ferramenta necessária para a identificação dos recursos locais e funcionar como facilitador da articulação estratégica entre os diferentes atores sociais, a fim de gerar infraestrutura e oferta de serviços especializados.

Quando se fala de estratégias de desenvolvimento econômico, logo surge ideia de processos vinculados à industrialização, terceirização e urbanização, destaca (LLORENS, 2001), portanto, o autor afirma que uma estratégia desse modo é denominada “de cima para baixo”, apresentando características controladora e baseada na grande empresa. No entanto, destaca que tal estratégia de desenvolvimento concentrador não é a única existente nem a única possível. Segundo o autor, existem as estratégias denominadas “de baixo para cima” que são sustentadas por fatores não apenas econômicos, mas também sociais, culturais e territoriais. Esse tipo de desenvolvimento econômico tem um caráter local ou regional baseado em recursos endógenos e quase sempre conduzido por pequenas empresas com pouco apoio político ou administrativo por partes dos gestores públicos.

O apoio dos gestores públicos locais e o desempenho dos mesmos para o fomento econômico territorial são, com toda certeza, fatores decisivos nessas iniciativas de

desenvolvimento econômico local. Llorens (2001) aborda o seguinte:

“[...] é também fundamental a articulação estratégica entre os atores socioeconômicos locais (associações de empresários, instituições financeiras, centros de consultoria para empresa, universidade e institutos de P&D etc.) visando à incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais ao tecido empresarial e produtivo local” LLORENS (2001, p. 73).

De acordo com o Quadro 4, enquanto as teorias e políticas de desenvolvimento concentrador “de cima para baixo” indicam o crescimento quantitativo e a maximização do PIB como guias do desenvolvimento, as estratégias de desenvolvimento econômico local “de baixo para cima” mostram maior interesse e preocupação com a satisfação das necessidades básicas das pessoas, a melhoria do emprego, da renda e da qualidade de vida, assim como a conservação da base de recursos naturais e do meio ambiente (LLORENS, 2001).

Quadro 4 – Diferenças entre os Enfoques do Desenvolvimento de cima para baixo e de baixo para cima

<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento Quantitativo como Guia (maximização da taxa de crescimento do PIB) 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior preocupação com <ul style="list-style-type: none"> _ Distribuição da renda _ Sustentabilidade ambiental _ Qualidade de vida _ Relações trabalhistas _ Satisfação das necessidades básicas da população
<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Baseada no Apoio Externo (investimentos estrangeiros, ajuda externa) 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencialização dos recursos próprios <ul style="list-style-type: none"> _ Articulação do tecido produtivo territorial _ Maior vinculação do tecido empresarial local _ Maior controle do processo de desenvolvimento por atores locais
<ul style="list-style-type: none"> • Tese do Transbordamento ou Difusão do Crescimento a Partir dos Núcleos Centrais (tese da locomotiva: os países centrais, que arrastam os demais países em desenvolvimento) 	<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo a iniciativas de desenvolvimento local

Fonte: Llorens, 2001, p. 75.

A estratégia baseada no apoio financeiro externo procura potencializar os recursos próprios, destacando a articulação do tecido produtivo territorial, a maior vinculação das organizações locais, com um maior controle do processo de desenvolvimento exercido pelos atores sociais, aponta Llorens (2001). Para o autor, a relevância dessa estratégia é caracterizada pela importância do esforço endógeno e à adaptação de inovações tecnológicas e organizacionais na base territorial. Ademais, é apresentada pelo autor a tese de difusão do crescimento econômico a partir de grandes empresas e aglomerados urbanos, que tem como

base o crescimento capitalista concentrador e excludente, tornando necessária a utilização de uma estratégia mais integral de desenvolvimento, orientada para garantir a coesão social e subsistência digna para a maioria da população.

Para muitos especialistas, a estratégia da difusão do crescimento a partir de núcleos centrais era o que alicerçava o desenvolvimento econômico, baseada nos processos de industrialização e fomentada pelos países desenvolvidos, conseguindo com isso arrastar o desenvolvimento para as demais atividades e países. Llorens (2001) ressalta que “essa concepção sobre o desenvolvimento econômico deixava de lado as possibilidades de geração de riqueza e emprego por parte das iniciativas locais: as cidades pequenas e as áreas rurais”. Segundo o autor, muitos especialistas continuavam a seguir a visão da industrialização, urbanização, concentração de atividades em grandes empresas como sendo o caminho ideal para o desenvolvimento econômico local. Entretanto, é possível gerar o desenvolvimento local, sem concentração de grandes núcleos, a partir do uso dos recursos existentes em determinada região, sendo assim outro caminho para o desenvolvimento e emprego para as pessoas que vivem naquele lugar.

2.3 – Relações entre o Empreendedorismo e DEL

De acordo com Rosas e Cândido (2008, p. 62), “vive-se um período em que o conceito de desenvolvimento tem sido relacionado quase que exclusivamente ao fenômeno da dinamização do crescimento econômico”. Logo, o conceito de desenvolvimento econômico fundamenta-se na ideia da acumulação de riqueza e na expectativa de uma melhor qualidade de vida para todos. Segundo Bernardo *et. al.* (2013), os países estão aprendendo a perceber no empreendedorismo uma fonte de geração de riqueza e desenvolvimento econômico e social. Para os autores, existe uma preocupação bastante relevante em relação ao empreendedorismo e ao que o mesmo representa para a vida das pessoas, pois cada vez mais estudos e pesquisas são realizados com o objetivo de orientar os novos empresários na criação e administração dos negócios de forma que possam conseguir prosperar e contribuir para o desenvolvimento econômico local, regional ou nacional. De acordo com Vieira (2009), o crescimento econômico reflete o aumento da capacidade produtiva da economia e, logo, da produção de bens e serviços de determinada região, contribuindo para melhora das condições de vida da população.

Como descreve Souza e Junior (2010), “a concepção de empreendedorismo é altamente heterogênea, sendo suas diferentes perspectivas refletidas nos distintos conceitos utilizados na literatura para defini-lo”. Para os autores, os conceitos de desenvolvimento e suas formas de mensuração fazem parte de um debate frequente e aberto, bem como é o caso do conceito de empreendedorismo plenamente discutido pela academia em diferentes países, permitindo em distintas condições relacionar o vigor econômico de um país com a sua capacidade de criar e desenvolver negócios sustentáveis de médio e longo prazo. Assim, a diversidade de conceitos revela algo de comum que é a relação da atividade empreendedora com a capacidade de inovação, relação essa que está vinculada ao conceito de desenvolvimento. Como conclui Bernardo *et. al.* (2013), a atividade empreendedora é um dos pilares do desenvolvimento econômico e social de uma nação.

2.4 – Obstáculos inerentes às iniciativas em DEL

Planejar DEL é uma estratégia que demanda muito tempo, e geralmente é baseado numa análise profunda da economia local, afirma Meyer-Stamer (2004). Tais análises necessitam de um número elevado de pessoas e tempo suficiente, que pode chegar a levar anos. Segundo o autor, os governos locais não possuem pessoal adequadamente qualificado e disponível, logo é preciso realizar contratações de profissionais de fora, geralmente do meio acadêmico ou consultores, o que gera altos custos para administração pública. O governo local já se depara com inúmeras atribuições, e o DEL acaba ficando no emaranhado com todas as outras atividades, de modo que no fim trata-se de saúde, educação, estradas e habitação, mas não do ambiente local para negócios, implicando na confusão entre desenvolvimento econômico local e desenvolvimento comunitário, na qual o segundo diz respeito a apoiar e a fortalecer os fracos e desvantagem, enquanto o primeiro refere-se a negócios e à competitividade.

O objetivo global do DEL, de acordo com Meyer-Stamer (2004) é estimular o dinamismo econômico, pois “sob uma perspectiva puramente econômica, o DEL é justificado apenas até onde cura insucesso de mercado”. Um problema típico apontado pelo autor é a falta de visibilidade dos novos negócios, pois se o negócio não fosse novo e pequeno, poderia financiar publicidade cara, porém seus recursos são limitados. Outro problema típico é a falta de acesso ao capital, onde um negócio novo, sem nenhum histórico e pouca garantia, dificilmente qualifica para crédito de bancos comerciais, afirma o autor.

O DEL envolve não apenas a linha do governo e às políticas públicas, mas toda a ação política. É um dos mais relevantes obstáculos às atividades de DEL bem-sucedidas diz respeito a encontrar uma estrutura de governo que seja eficaz e legítima para a realização do desenvolvimento econômico. Para Meyer-Stamer (2004) alguns pontos devem ser observados, como a divisão de funções entre os poderes legislativo e executivo, além de estabelecer quais atores não-governamentais devem ser envolvidos na governança do DEL. Ademais, é preciso determinar como o governo e o não-governo devam estar relacionados, destaca o autor.

De acordo com Llorens (2001), o desenvolvimento econômico é o resultado do esforço organizado de toda a sociedade e não pode ser considerado apenas como um exercício de planejamento do Estado. Assim, é necessário uma reinvenção dos governos, fazendo com que a gestão pública desenvolva visão de longo prazo adotando uma concepção integral da inovação tecnológica como um processo de mudança. Para o autor, o abandono da lógica de subsídio e introdução de uma cultura de inovação empresarial aliado a uma eficiência institucional não-burocrática com agilidade e operacionalidade são elementos fundamentais para o governos locais criarem condições e superar dificuldades para a realização do desenvolvimento econômico. Existe um paradoxo entre o pensamento dos autores localistas que defendem o desenvolvimento endógeno, baseado no espírito empreendedor, e o que realmente ocorre quando as regiões/localidades buscam atrair investimentos através da diversificação de empresas fornecedoras, com possibilidades de gerar inúmeros empregos, onde tais regiões se transformam em ofertantes de plataformas para atrair as organizações. A ação pública subsidia os custos de instalação dos grandes empreendimentos, onde acaba ocorrendo uma concorrência entre as localidades que ofertam benefícios tributários, fiscais e de infraestruturas (BRANDÃO, 2012).

Um grande desafio para as governos locais que buscam incentivar as iniciativas em DEL é fazer com que os atores não-governamentais, membros da comunidade local, geralmente parte no DEL, não percam o foco e não se tornem ineficientes devido a conflitos de interesse em virtude dos investimentos financeiros realizados em desenvolvimento (MEYER-STAMER, 2004). Segundo o autor, é importante criar um consenso entre atores locais de que deve haver algum tipo de DEL, mas não é fundamental estabelecer um consenso sobre como realiza-lo. O desenvolvimento econômico local apresenta-se como um processo no qual os atores ou as instituições locais precisam ter mobilidade para apoiar as diferentes

ações, buscando criar, reforçar e preservar atividades e empregos, utilizando os meios e recursos da região.

2.5 – Resumo do Capítulo

O desenvolvimento econômico local é viável desde que aconteçam ações articuladas com o setor empresarial e com a sociedade civil, juntamente com a participação da administração pública, pois o planejamento do desenvolvimento é algo que precisa nascer do esforço coletivo, considerando que o interesse comum na melhoria do nível de vida de toda a população local deve ser o objetivo maior.

Como destaca Llorens (2001):

“Não se trata, pois, na formulação das políticas públicas, de insistir somente no tipo de ações meramente compensatórias ou assistenciais nas áreas atrasadas ou carentes, ou de melhorar a “focalização” dos grupos mais desfavorecidos para assegurar que as políticas redistributivas cheguem a eles efetivamente. O importante é, sobretudo, promover a iniciativa do desenvolvimento local endógeno e de geração de emprego produtivo para enfrentar, precisamente, a pobreza e a marginalização de forma mais sustentável e consistente, não somente assistencialmente. Para isso, é indispensável uma atuação dos governos territoriais locais e regionais como catalisadores e animadores na criação do “entorno inovador” institucional, social, econômico, político e cultural que impulse o desenvolvimento do potencial empresarial e produtivo territoriais” LLORENS (2001, p. 25)

Vitte (2006) aponta que o desenvolvimento econômico em qualquer instância (nacional, regional ou local) deve almejar não somente a provisão de condições materiais mínimas, mas também bem-estar, já que a adoção de algumas estratégias de desenvolvimento econômico pode auxiliar na atenuação de problemas derivados das desigualdades econômicas, típicas de economias capitalistas.

As desigualdades sociais não podem ser fomentadas por situações criadas pelo desenvolvimento local, pois é preciso ter atenção ao fato de que o desenvolvimento das organizações favorece um ambiente de competição, o que pode ocasionar impactos nas desigualdades (MONNERAT E ALTAF, 2015). Para as autoras, a identidade local precisa prevalecer, valorizando aspectos culturais e conhecimentos existentes, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da localidade. Portanto, o alcance desse desenvolvimento somente poderá ser atingido se for considerado questões como mobilização da população local e a coesão social; cultura e a identidade do território; as atividades e os empregos; a imagem do

território; as migrações e a inserção social e profissional; o meio ambiente; a gestão dos espaços e dos recursos naturais; a evolução de tecnologias; a competitividade; e o acesso aos mercados (MONNERAT E ALTAF, 2015).

Este capítulo buscou explicitar e compreender sobre o desenvolvimento econômico local aprofundando no estudo do planejamento e estratégias para o DEL, estabelecendo as relações entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico local. No que tange aos obstáculos inerentes às iniciativas do DEL o capítulo apresentou alguns pontos que devem ser evitados, ou melhor, tratados no planejamento e formulação das estratégias para o DEL.

Capítulo 3 – Aspectos Metodológicos e Apresentação dos Resultados

3.1 – Introdução

Serão apresentados a seguir o método científico e procedimentos aplicados, visando descrever as etapas percorridas para responder o problema de pesquisa e chegar aos resultados esperados.

O campo de atuação da pesquisa foi o município de Três Rios/RJ, onde foi investigado como o projeto “Fomenta Três Rios” contribuiu para o desenvolvimento econômico local no período de 2010 a 2015. A pesquisa buscou compreender a relação entre o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico local focando a administração pública municipal através dos respectivos responsáveis pelo processo de empreendedorismo realizado no município.

A temática deste estudo caracterizou-se pelo estudo da gestão pública como fomentadora do desenvolvimento econômico local, tendo o Poder Executivo Local papel preponderante nas ações empreendedoras realizadas. O município de Três rios/RJ, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, desenvolveu diversas ações empreendedoras que contribuíram para a criação de um polo industrial na cidade favorecendo o desenvolvimento econômico após anos de estagnação econômica, em função do fechamento de indústrias que basicamente sustentavam a economia local. Assim, a cidade passou a proporcionar às grandes empresas um ambiente seguro para negócios, além de uma sólida cadeia de fornecedores e prestadores de serviços de pequeno porte e microempreendedores.

3.2– Aspectos Metodológicos

3.2.1 – Natureza da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida através de uma abordagem qualitativa. De acordo com NEVES (1996), este tipo de pesquisa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento. Além de não pretender enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados. Para Neves (1996, p. 1), nas pesquisas qualitativas é “frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos fenômenos estudados”.

A pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes, afirma Godoy (1995). Para o autor, é possível identificar uma pesquisa qualitativa através de um conjunto de características como: (1) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; (2) o caráter descritivo; (3) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador; (4) enfoque indutivo. Segundo Chizzotti (2003) o termo “qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”.

Para Kauark, Manhães e Medeiros (2010):

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem KAUARK, MANHÃES E MEDEIROS (2010, p. 26).

De acordo com Chizzotti (2003, p. 221) o termo qualitativo implica uma “partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, [...] o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito”. Assim, Paulilo (1999) aponta que a abordagem qualitativa é empregada para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna. Segundo a autora, a pesquisa qualitativa não tem a pretensão de ser representativa no que diz respeito ao aspecto distributivo do fenômeno e se alguma possibilidade de generalização resultar da análise realizada, apenas poderá ser vista e entendida dentro do campo das possibilidades.

Existem vários tipos de pesquisa que atendem a abordagem qualitativa, porém o presente estudo será conduzido através da pesquisa do tipo estudo de caso. Vergara (2007) explica que o estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas

como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. De acordo com a autora, o estudo de caso tem caráter de profundidade e detalhamento, podendo ser realizado no campo ou não.

3.2.2 – Sujeitos da pesquisa e critérios de seleção

Os sujeitos desta pesquisa compreende o poder público municipal, ou seja, o poder executivo e o poder legislativo, e demais órgãos e setores responsáveis pela administração pública municipal e que foram partes integrantes do processo de empreendedorismo realizado pela gestão local durante o período analisado de 2010 a 2015 na cidade de Três Rios.

3.2.3 – Suposição Inicial

O projeto “Fomenta Três Rios” contribuiu para o desenvolvimento econômico do município de Três Rios/RJ no período de 2010 a 2015 devido às iniciativas empreendedoras adotadas pela administração pública municipal.

3.2.4 – Coleta de dados

Existem diversas possibilidades e técnicas de coleta e análise de dados em uma abordagem qualitativa e, entre elas, tem-se a pesquisa documental e bibliográfica, que no desenvolvimento desta pesquisa torna-se a ferramenta fundamental para a obtenção de dados. Os dados serão coletados através de pesquisa em documentos oficiais impressos, publicações on-line e relatórios e demais publicações oficiais impressas.

3.2.5 – Método de análise dos dados coletados

Os dados serão tratados de forma não estatística, codificando-os, apresentando-os de forma mais estruturada e analisando-os, através da técnica *Análise de Conteúdo*. Esta técnica pode ser definida da seguinte forma:

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.”
(BARDIN, 1977 *apud* VERGARA, 2007 p. 16).

Entretanto, para Afonso (2005), na informação qualitativa o tratamento deste tipo de informação é mais ambíguo, moroso e reflexivo, concretizando-se numa lógica de

crescimento e de aperfeiçoamento. Assim sendo, não há a formatação do dispositivo prévia ao tratamento de dados. O dispositivo de tratamento é construído e consolidado à medida que os dados são organizados e trabalhados. O investigador deve explorar e mapear o seu material, tendo em mente os seus objetivos de pesquisa, mobilizando e testando estratégias produtoras de significados relevantes, transformando progressivamente os dados em elementos constitutivos de um novo texto.

3.2.6 – Limitações do método de pesquisa escolhido

Quanto à metodologia da pesquisa qualitativa, pode ocorrer da subjetividade do pesquisador envolver-se na própria pesquisa, extraíndo conclusões baseadas em características pessoais do investigador. Assim, a investigação não seria confiável, pois introduziria o viés do pesquisador.

Quanto à coleta de dados a abrangência da pesquisa torna-se um limitador para este estudo, considerando o tamanho e volume de órgãos e setores dos poderes executivo e legislativo municipal. Outro ponto limitador a esta pesquisa pode ser o acesso a documentos oficiais que dependam de autorizações expressas, pois é possível que determinadas fontes não estejam acessíveis facilmente.

3.3 – Apresentação dos Resultados

Tendo como o objetivo final da pesquisa analisar como o projeto “Fomenta Três Rios” contribuiu para o desenvolvimento econômico local do município, analisando para isso o período de 2010 a 2015, serão apresentados os resultados da pesquisa que abordaram as ações empreendedoras desenvolvidas pelos gestores públicos municipais visando o desenvolvimento econômico local e também os indicadores associados a emprego, renda real e número de empresas buscando analisar o comportamento das microempresas ligadas a indústria de transformação instaladas no município de Três Rios.

3.3.1 – Agência de Desenvolvimento Municipal Fomenta Três Rios

A Agência de Desenvolvimento Municipal Fomenta Três Rios foi criada através da Lei Municipal nº 3.937, de novembro de 2013, e tem como função estimular o desenvolvimento, à inovação e o empreendedorismo local. O papel da Agência é oferecer uma ampla gama de

serviços aos cidadãos e às empresas, especialmente micro e pequenas, desenhando e executando projetos diversificados para reforçar o tecido econômico da cidade, bom como a qualidade de vida da população local.

O trabalho desenvolvido por essa agência está focado no aumento da competitividade e da sustentabilidade do empresariado local, por meio do estímulo ao empreendedorismo, a desburocratização e a formalização dos negócios existentes no município, o estímulo à criação de novos negócios, a qualificação em gestão e áreas afins, a incubação de empresas de interesse do desenvolvimento socioeconômico local, o acesso à informação e à inovação para as MPE, além do acesso a outros mercados, através de eventos como feiras e rodadas de negócio.

A agência Fomenta Três Rios possui um Conselho Diretor, formado por representantes da sociedade civil e por integrantes da administração pública, e está dividido em cinco áreas: Academia do Empreendedor, Observatório das Pequenas e Microempresas (MPEs), Casa do Empreendedor, Escritório de Projetos e Eventos e Agência de Financiamento. A Academia do Empreendedor tem a responsabilidade de realizar convênios com órgãos públicos, universidades e instituições de fomento para disponibilizar palestras e cursos de extensão, graduação e pós-graduação em gestão da MPE, inovação, criatividade e empreendedorismo, por meio da concessão de bolsas de estudo para qualificação das micro e pequenas empresas e dos empreendedores individuais. Outras atribuições dessa área englobam: (a) firmar convênio para implantação de Escritório Modelo, campo de estágio dos cursos de Administração, Economia e Direito da UFRRJ – Campus Três Rios, para atendimento e orientação aos empreendedores do municípios; (b) formar grupo de consultores sênior, empresários do município, denominados Anjos Empreendedores, para orientação de novos e futuros empresários no município; (c) promover capacitação para os pequenos negócios locais; (d) capacitar servidores públicos; (e) promover capacitação em inovação e tecnologia; (f) participar de projetos e programas de instituições de ensino como SENAI, SENAC, SENAR e SEBRAE.

O Observatório das MPEs, outra área do Projeto Fomenta Três Rios criado pelo governo municipal, garante apoio ao cooperativismo e à representação empresarial, fortalecendo as instituições existentes e fomentando a criação de novas, de acordo com os

setores econômicos do município, além de realizar missões, visitas técnicas, caravanas empresariais e participação em exposições e feiras nacionais e internacionais para promoção dos pequenos negócios. Tem foco no modelo de práticas de sucesso para estimular o cooperativismo. Outras atribuições dessa área englobam: (a) promover *benchmarking* entre as MPEs; (b) fomentar a promoção da sociedade da informação com ações que vão desde a criação de empresas até o impulso à pesquisa; (c) fomentar a criação de consórcios e associações de pequenos negócios com foco no atendimento à Administração Pública e empresas privadas locais e regionais; (d) firmar parcerias com instituições associativas de pequenos negócios;

A Casa do Empreendedor, outra área do Projeto Fomenta Três Rios, cria ou racionaliza estruturas de atendimento aos empresários, em especial de pequenos negócios, e operacionaliza ações de orientação e desburocratização. Sua função também é dar agilidade à liberação de documentação e taxas para a emissão de alvarás, licenças, baixas e qualquer outro procedimento necessário para abrir, fazer funcionar ou fechar uma empresa. Integra várias ações, com foco no setor informal, e promove acesso simplificado à formalização.

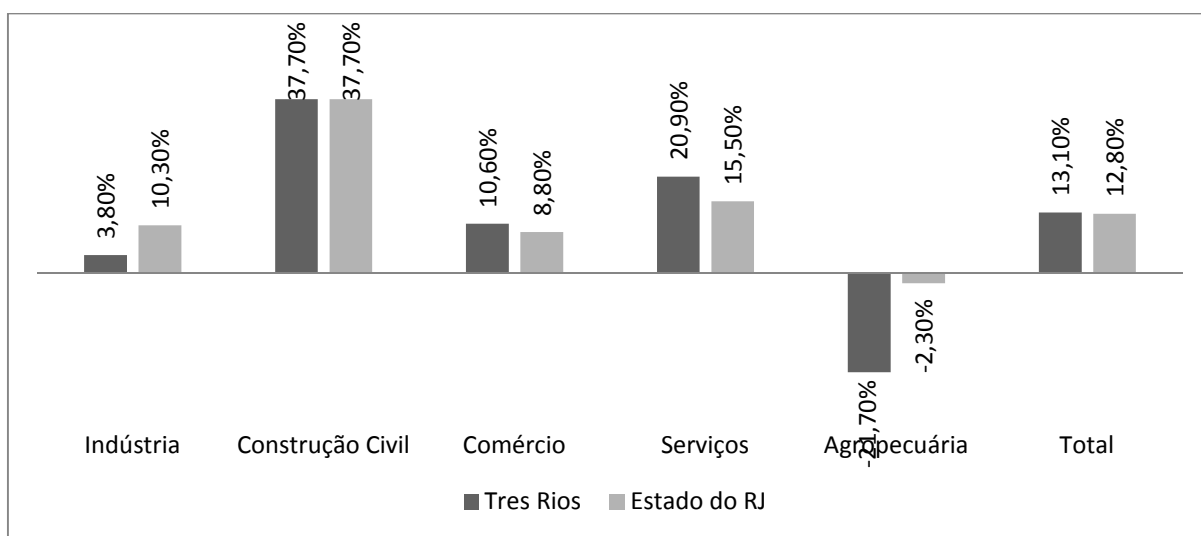
O Escritório de Projetos e Eventos tem a responsabilidade de diagnosticar os fundos de investimentos nacionais e internacionais, públicos e privados, e elaborar projetos que garantam a implementação e a manutenção da *Smart City* em Três Rios, com projetos preferencialmente nas vertentes digital, turística, sustentável, cultural, esportiva, educativa, inclusiva, saudável e produtiva.

Já a Agência de Financiamento busca estabelecer parcerias público/privadas para financiar a implantação e/ou incubação de empresas e empreendedores do município em qualquer ramo de atividade, em especial aqueles de base tecnológica e de interesse social, além de gerar postos de trabalho e garantir sustentabilidade aos empreendimentos locais. É responsável ainda por gerir o Fundo de Fomento e Fundo de Tecnologia, entre outras funções. Cabe destacar que a Agência de Desenvolvimento Municipal Fomenta Três Rios é operacionalizada pelos setores administrativo e financeiro do Poder Executivo municipal, e tem por finalidade promover inovação na gestão pública e na iniciativa privada, por meio de novos projetos de empreendedorismo, possibilitando maior empregabilidade à população.

3.3.2 – Análise das microempresas que compõem o segmento produtivo da indústria de transformação de Três Rios entre 2010 a 2015

De acordo com o Gráfico 1, podemos observar que no período entre 2010 e 2015 a cidade de Três Rios apresentou um crescimento de 13,1% (passou de 1.734 para 1.961) no número de empresas registradas, enquanto que no Estado do Rio de Janeiro o aumento foi de 12,8% (passou de 255.611 para 288.294). Em relação aos setores econômicos, verifica-se que os segmentos do comércio e serviços apresentaram uma melhor desempenho no município de Três Rios, com taxas de crescimento de 10,6% e 20,9%, respectivamente, quando comparado ao Estado do Rio de Janeiro, que registrou no período 2010/2015 as respectivas taxas de 8,8% e 15,5%. No setor industrial, verificamos que o crescimento registrado no Estado do Rio de Janeiro (10,3%) foi superior ao registrado na cidade de Três Rios (3,8%). Já no segmento da construção civil o patamar de crescimento observado tanto no Estado do Rio de Janeiro quanto na Cidade de Três Rios foi equivalente (37,7%) entre os anos analisado.

Gráfico 1 – Crescimento do número de empresas no Município de Três Rio e no Estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015 (em %)



Fonte: RAIS/MTe. Elaboração própria.

Em relação ao número de empregados registrados, podemos observar, segundo a Tabela 2, que houve um aumento de 10,8% no município de Três Rios entre os anos de 2010 e 2015, saindo de 22.836 para 25.303 postos de trabalho. Enquanto isto, no Estado do Rio de Janeiro a taxa de crescimento registrada foi de 9,04% entre os anos analisados. Cabe destacar que, no período em questão, os setores de Serviço (aumento de 24,96%) e construção Civil (crescimento de 7,09%) foram os que registraram as maiores taxas no intervalo de tempo

estudado no município de Três Rios. Já no Estado do Rio de Janeiro os segmentos econômicos que mais se destacaram foram o da construção civil e de comércio, cujas taxas registradas foram de 16,54% e 10,33%, respectivamente, entre os anos de 2010 e 2015. Em paralelo, verificamos que o setor agropecuário foi o que registrou o pior desempenho, tanto no município de Três Rios quanto no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 2 – Crescimento do número de empregos no Município de Três Rio e no Estado do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015 (em %)

	Três Rios			Rio de Janeiro		
	2010	2015	Var. (%)	2010	2015	Var. (%)
Indústria	6.088	6.091	0,05%	529.316	529.768	0,09%
Construção Civil	1.156	1.238	7,09%	224.662	261.811	16,54%
Comércio	6.041	6.163	2,02%	788.750	870.248	10,33%
Serviços	9.221	11.523	24,96%	2.514.185	2.763.232	9,91%
Agropecuária	330	288	-12,73%	23.169	23.800	2,72%
Total	22.836	25.303	10,80%	4.080.082	4.448.859	9,04%

Fonte: RAIS/MTe. Elaboração própria.

É claro que análises de indicadores relacionados ao número de empresas e emprego no conjunto das atividades econômicas não são suficientes para se determinar o sucesso ou não do projeto “Fomenta Três Rios”, nem mesmo permite ilações sobre o estímulo a atividades empreendedoras. Contudo, podemos verificar que o desempenho dessas variável foram maiores no município de Três Rios do que o observado no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Cabe destacar que, conforme mencionamos que um processo de desenvolvimento sustentado induzido envolve mudança estrutural do tecido produtivo. Neste sentido, embora o segmento industrial tenha apresentado indicadores abaixo dos registrados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, fizemos a opção de analisar o comportamento das microempresas ligadas a este segmento, tendo em mente a capacidade da indústria em gerar mudanças estruturais, bem como efeitos transbordamento para traz e para frente ao longo das cadeias produtivas. Conforme Oliveira (2011), o setor industrial possui maior capacidade de indução ao crescimento sustentado e está menos suscetível a flutuações de renda no curto prazo em razão das características que possui¹.

Para Oliveira (2011) as transformações estruturais implicam em mudanças na

¹ Ver Oliveira (2011, capítulo 3).

localização setorial do fator trabalho ensejando maior crescimento quando essa alocação é direcionada aos setores modernos (tecnologicamente dinâmicos). Desta forma, é importante analisar a evolução da produtividade, buscando captar a influência dessas mudanças estruturais sobre o emprego das microempresas da indústria de transformação no município de Três Rios. De acordo com Oliveira (2011) *apud* Timmer e Szirmai (2000), Fargerberg (2000), Rocha (2007) e Carvalheiro (2005), consideramos que a produtividade no período

inicial é definida por como $P^{t-1} = \sum_{i=1}^n P_i^{t-1} s_i^{t-1}$, em que $s_i^{t-1} = \frac{E_i}{E}$ é a participação do emprego

do setor (ou grupamento) i no emprego total e P_i^{t-1} é a produtividade do setor (ou grupamento) i . Se g é a taxa de crescimento da produtividade, teremos:

$\frac{\sum P_i^{t-1} s_i^t - \sum P_i^{t-1} s_i^{t-1}}{\sum P_i^{t-1} s_i^{t-1}}$. Logo, fica claro que dois fatores podem estar influenciando o

aumento da produtividade. Por um lado, a produtividade intra-setorial pode estar variando, e de outro, pode haver variação da distribuição da intersetorial do emprego. Com isso, pode-se expressar o crescimento da produtividade por:

$$(1+g)P^{t-1} = \left[\begin{array}{l} (1+g_1^P)(1+g_1^S)P_1^{t-1}s_1^{t-1} + (1+g_2^P)(1+g_2^S)P_2^{t-1}s_2^{t-1} + \dots \\ + (1+g_n^P)(1+g_n^S)P_n^{t-1}s_n^{t-1} \end{array} \right] \quad (1)$$

Em que g_i^P é a taxa de crescimento da produtividade do setor (ou grupamento) i , e g_i^S é a taxa de crescimento da parcela do emprego do setor (ou grupamento) i . Manipulando algebricamente (1), teremos:

$$g = \underbrace{\sum_{i=1}^n g_i^P \frac{P_i^{t-1} s_i^{t-1}}{P^{t-1}}}_{\text{Efeito Eficiência Intra-setorial}} + \underbrace{\sum_{i=1}^n g_i^S \frac{P_i^{t-1} s_i^{t-1}}{P^{t-1}}}_{\text{Efeito Composição}} + \underbrace{\sum_{i=1}^n g_i^P g_i^S \frac{P_i^{t-1} s_i^{t-1}}{P^{t-1}}}_{\text{Efeito Especialização Dinâmica}} \quad (2)$$

A equação (2) mostra que sem mudança estrutural (ou seja, sem alteração na participação do fator trabalho de cada subsetor no total do trabalho empregado nas microempresas do segmento industrial) tanto o efeito composição quanto o efeito especialização dinâmica serão nulos. Com isso, a única causa do crescimento da produtividade terá sido intra-setorial devido a alterações na eficiência das empresas (o efeito

eficiência intra-setorial ou efeito tecnológico). No caso em que a produtividade de cada subsetor tenha se mantido constante, alterações na composição do emprego farão com que a produtividade se altere (efeito composição ou efeito estático). Esse tipo de evento pode ocorrer, por exemplo, quando determinado subsetor indústrias de alta produtividade contratam mais do que segmentos indústrias de baixa produtividade, ainda que não haja mudanças em suas produtividades individuais. Já no caso em que ocorrem alterações simultâneas da produtividade intra-setorial e na composição intersetorial do emprego, surge um terceiro efeito de especialização dinâmica (ou efeito dinâmico) que resume a direção da especialização da economia. Para exemplificar este último efeito, suponha a existência de dois setores com a mesma participação inicial na produtividade. Considere que o primeiro setor tenha alta taxa de crescimento da produtividade e o segundo baixa taxa de crescimento da produtividade. Se houver incrementos na participação do setor de alto crescimento da produtividade no emprego, o efeito dinâmico será positivo ou, no caso contrário, negativo.

Cabe esclarecer que trabalhar com dados do setor industrial no âmbito municipal é um grande desafio em função da indisponibilidade. O IBGE não produz este tipo de informação. Diante disto, adotamos o salário real como *proxy* da produtividade para dos cálculos. A remuneração média mensal, obtida na RAIS, foi corrigida pelo IPCA para valores constantes de 2015, eliminando o efeito inflacionário. Além disto agrupamos os segmentos industriais de acordo com a tipologia proposta por Lall (2000) e classificamos os segmentos da indústria de transformação a três dígitos em produtos baseados em recursos naturais, baixa tecnologia, média tecnologia e alta tecnologia².

De acordo com a Tabela 3, entre os anos de 2010 e 2015, o crescimento real acumulado da massa de salários (proxy da produtividade) no segmento das microempresas do setor industrial no município de Três Rios foi de 11,29%, sendo a eficiência intra-setorial responsável por cerca de 88% do crescimento real registrado no período analisado, enquanto que o efeito composição ficou responsável por 12%. Esses dados mostram que as microempresas ficaram mais eficientes, bem como houve uma maior contratação por microempresas mais produtivas em relação as menos produtivas. Quando observamos a evolução dos indicadores de um ano para outro, fica clara a tendência de predomínio do eficiência intra-setorial sobre os efeitos composição e especialização dinâmica.

² Ver anexo 1.

Tabela 3 – Decomposição do salário real (proxy da produtividade) das microempresas da indústria de transformação no Município de Três Rios de 2010 a 2015 (em %)

Efeito		2015/2014	2014/2013	2013/2012	2012/2011	2011/2010	2015/2010
Eficiência	Total	-0,002	0,034	-0,017	0,028	0,046	0,100
Intra-setor.	%	70%	82%	64%	70%	80%	88%
Efeito	Total	-0,001	0,004	-0,014	0,004	-0,005	0,014
Compos.	%	51%	11%	52%	11%	-9%	12%
Ef. Esp.	Total	0,000	0,003	0,004	0,008	0,017	-0,001
Dinâmica	%	-21%	8%	-16%	19%	29%	0%
Cresc.da	Total	-0,23%	4,21%	-2,62%	3,96%	5,73%	11,29%
Produção	%	100	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: RAIS/MTe. Elaboração própria.

Em relação aos grupamentos industriais das microempresas registradas no município de Três Rios, a Tabela 3 mostra que o conjunto de setores responsáveis pela produção de bens de alta intensidade tecnológica apresentou, entre os anos de 2010 e 2015, resultados positivos tanto na eficiência intra-setorial quanto nos efeitos composição e especialização dinâmica, fazendo com que este grupamento registrasse um crescimento acumulado de dos ganhos reais (proxy da produtividade) de 65,24%. Nos biênios 2011/2010 e 2015/2014, o efeito tecnológico passou a atuar de forma desfavorável, o que sugere perda de eficiência conjunto das microempresas agrupadas neste setor.

Já o grupamento de microempresas que compõem os setores produtores de bens de média e baixa intensidade tecnológica registrou ao longo do período estudado um decréscimo de renda real na ordem de 2,07%, fortemente influenciado pelo efeito composição que diminuiu em 2,35%, o que indica uma contratação em maior magnitude por microempresas menos eficientes que fazem parte deste grupamento. Em paralelo o conjunto das microempresas que compõem setores produtores de bens de baixa intensidade tecnológica, bem como os intensivos em trabalho e recursos naturais apresentaram aumentos de renda real de 29,38% e 11,29%, respectivamente. Contudo, pode se observar que o grupamento das microempresas que compõem o segmento de produtores de bens de baixa intensidade tecnológica registrou uma redução de 228,62% via eficiência intra-setorial, que foi compensada pelas expansões registradas por meio dos efeitos composição (199,41%) e dinâmico (58, 59%). No caso do grupamento de microempresas produtoras de bens

intensivos em trabalho e recursos naturais foram registrados crescimentos nos três elementos de decomposição do crescimento da renda real entre os anos de 2010 e 2015.

Tabela 4 – Decomposição do salário real (proxy da produtividade) das microempresas da indústria de transformação de acordo com os grupamentos industriais (grau de intensidade tecnológica) no Município de Três Rios de 2010 a 2015 (em %)

Grupamento produtor de bens de alta Intensidade Tecnológica				
	Eficiência Intra-setorial	Efeito Composição	Efeito Especialização dinâmica	Crescimento da Produtividade
2011/2010	-119,53%	113,89%	46,27%	40,63%
2012/2011	11,49%	24,38%	11,57%	47,44%
2013/2012	77,09%	-122,26%	24,85%	-20,32%
2014/2013	0,72%	6,96%	0,57%	8,25%
2015/2014	-2,82%	-5,18%	0,39%	-7,61%
2015/2010	13,42%	31,36%	20,46%	65,24%
Grupamento produtor de bens de média Intensidade Tecnológica				
	Eficiência Intra-setorial	Efeito Composição	Efeito Especialização dinâmica	Crescimento da Produtividade
2011/2010	-42,87%	10,11%	-3,69%	-36,44%
2012/2011	-3,73%	-1,46%	0,07%	-5,11%
2013/2012	97,60%	-74,17%	-9,98%	13,45%
2014/2013	26,40%	7,58%	2,79%	36,78%
2015/2014	1,06%	3,42%	0,16%	4,64%
2015/2010	0,23%	-2,35%	0,05%	-2,07%
Grupamento produtor de bens de baixa Intensidade Tecnológica				
	Eficiência Intra-setorial	Efeito Composição	Efeito Especialização dinâmica	Crescimento da Produtividade
2011/2010	5,92%	-2,62%	-0,08%	3,21%
2012/2011	11,81%	0,70%	0,09%	12,60%
2013/2012	-1,13%	3,33%	0,08%	2,27%
2014/2013	-20,53%	27,43%	2,61%	9,51%
2015/2014	-0,04%	-0,56%	0,00%	-0,60%
2015/2010	-228,62%	199,41%	58,59%	29,38%
Grupamento produtor de bens intensivos em trabalho e recursos naturais				
	Eficiência Intra-setorial	Efeito Composição	Efeito Especialização dinâmica	Crescimento da Produtividade
2011/2010	20,27%	-2,56%	-0,44%	17,27%
2012/2011	-0,07%	-0,54%	0,00%	-0,60%
2013/2012	0,24%	1,81%	0,04%	2,08%
2014/2013	-3,12%	-2,79%	0,16%	-5,75%
2015/2014	-3,31%	-1,23%	0,06%	-4,49%
2015/2010	10,54%	0,70%	0,05%	11,29%

Fonte: RAIS/MTe. Elaboração própria.

3.3.3 – Resumo do Capítulo

A Agência de Desenvolvimento Municipal Fomenta Três Rios tendo como função principal fomentar o desenvolvimento econômico local com base nas ações empreendedoras desenvolvidas pelo município, caracterizou-se pela efetiva contribuição do projeto criado “Fomenta Três Rios” para o município, possibilitando às empresas participarem de um ambiente competitivo e de sustentabilidade empresarial.

Estimular o empreendedorismo, facilitando por meios de diversas ações públicas empreendedoras a formalização dos pequenos negócios locais, e também estimulando a criação e desenvolvimento de novas empresas fez com que a economia local ficasse fortalecido, e aliado a isso, a qualificação em gestão favoreceu a profissionalização dos gestores empresariais, capacitando-os para saberem administrar da melhor maneira seus negócios, principalmente em momentos de crise. Todas as áreas envolvidas no projeto “Fomenta Três Rios” – Academia do Empreendedor, Observatório das MPE's, Casa do Empreendedor, Escritório de Projetos e Eventos, Agência de Financiamentos – contribuíram de forma essencial para o desenvolvimento socioeconômico local de Três Rios.

A análise das microempresas que compõem o segmento produtivo da indústria de transformação de Três Rios foi determinante para o estudo da efetiva contribuição do projeto “Fomenta Três Rios” para o desenvolvimento econômico local do município, pois a opção de analisar o comportamento das microempresas ligadas a este segmento é relevante quando consideramos que a indústria tem a capacidade de gerar mudanças estruturais, bem como efeitos transbordamento para traz e para frente ao longo das cadeias produtivas.

Apesar dos resultados desfavoráveis entre os vários biênios analisados, pode-se argumentar que ao longo do período de 2010 a 2015 ocorreram melhoras tecnológicas (microempresas mais eficientes) e realocações do fator trabalho na direção dos ramos mais produtivos dentro deste conjunto de setores que compõem a indústria de transformação. Desta forma, é possível supor que o conjunto de medidas voltadas para o estímulo das ações empreendedoras no município de Três Rios tenham contribuído, ainda que ligeiramente, para uma mudança positiva no tecido produtivo.

Conclusão

Nesta pesquisa observamos que a literatura especializada que trata da temática associada ao processo de desenvolvimento econômico local vem apontando para necessidade de criação de instrumentos capazes de induzi-lo, porém de forma flexível. Isto é, gerar o estímulo necessário para que os atores locais (empresas, consumidores, órgão públicos etc.) possam assumir o protagonismo do desenvolvimento de caráter endógeno, mediante um ambiente institucional local propício as atividades produtivas e de geração de emprego. Este desenvolvimento econômico induzido deve surgir “de baixo para cima” e ser sustentado por fatores não apenas econômicos, mas também sociais, culturais e territoriais.

O Estado brasileiro tem a responsabilidade de desenvolver, implantar e sustentar ações que favoreça o ambiente para o desempenho da política econômica, levando em consideração, principalmente, o fato de que os governos municipais não possuem instrumentos para tal ação. (MONNERAT E ALTAF, 2015). Diante desse contexto, o município de Três Rios, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, passou por uma estagnação econômica que durou mais de duas décadas. Sua matriz empresarial era concentrada em poucas indústrias e não havia estímulo para o surgimento e o desenvolvimento de organizações.

O objetivo foi analisar o caso do projeto “Fomenta Três Rio”, que se materializou por meio da criação de uma agência, cujo conselho diretivo é formado por representantes da sociedade civil e por integrantes da administração pública, e está dividida em cinco frentes de atuação: Academia do Empreendedor, o Observatório das Pequenas e Microempresas (MPes), a Casa do Empreendedor, o Escritório de Projetos e Eventos e a Agência de Financiamento. Observamos que o objetivo do projeto foi proporcionar um ambiente propício ao empreendedorismo, articulando iniciativas de ponta-a-ponta (desde a qualificação até as feiras de negócios).

O Poder Executivo municipal percebendo a necessidade de não mais ficar na dependência de um número reduzido de empresas para sustentar a sua economia local, busca diversificar o cenário empresarial de Três Rios, fazendo com que a produção e geração de emprego deixassem de ficar concentrada em poucas empresas, conseguindo assim reformular a base empresarial do modelo econômico vigente. Logo, foi formada uma comissão estratégica de desenvolvimento composta por secretários municipais das áreas de fazenda,

compras públicas, procuradoria, educação e cultura, liderados pelo prefeito municipal, para atuarem como agentes de desenvolvimento em suas áreas, dado seu poder de regular e executar a política de favorecimento às micro e pequenas empresas e ao mercado local.

Depois de vivenciar mais de duas décadas de estagnação, em função do fechamento das três grandes indústrias que praticamente sustentavam a economia local, a cidade passou a proporcionar às grandes empresas que se instalaram em seu território, muito mais que incentivo fiscal, um ambiente seguro para seu negócio e uma sólida rede de fornecedores e prestadores de serviços foi desenvolvida para dar sustentabilidade empresarial. Nos últimos anos, 1.143 novos negócios foram abertos na cidade, gerando mais de 9,5 mil empregos diretos. Isso levou o orçamento municipal a saltar de R\$ 80 milhões, em 2009, para R\$ 300 milhões, em 2014, um crescimento muito acima da média observada em outros municípios, que gira em torno de 6% a 7,5% ao ano. Assim, Três Rios deveria ter crescido algo em torno de 32% no período, mas chegou a mais de 300%, sem nenhum centavo de royalties (SEBRAE,2014).

De acordo com o Sebrae (2014), o município de Três Rios apresenta como principais atividades econômicas o comércio varejista, o setor de alimentação, as atividades de atenção a saúde humana, os serviços para edifícios e atividades paisagísticas, além do comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas. Dentre as empresas consideradas formais, os microempreendedores individuais apresentam maior destaque com 2.665 negócios formalizados no município, seguido de 1.536 microempresas que geram, aproximadamente, 4.616 empregos formais na cidade. Há de se destacar também o relevante papel das empresas de pequeno porte que, com 287 empreendimentos deste porte, são responsáveis por mais de 6.900 vagas de emprego no mercado de trabalho local. As empresas de médio e grande porte totalizaram no ano de 2014, 51 instituições que geraram algo em torno de 5.474 e 4.665 empregos formais.

De uma forma geral, a análise dos dados de emprego e número de empresas mostraram que entre os anos de 2010 e 2015 o desempenho do crescimento desses indicadores no município de Três Rios foi maior do que o observado no conjunto dos municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro. Vale destacar novamente que análises de indicadores relacionados ao número de empresas e emprego no conjunto das atividades econômicas não são suficientes para se determinar o sucesso ou não do projeto “Fomenta Três

Rios”, nem mesmo permite ilações sobre o estímulo a atividades empreendedoras. Diante disto, e tendo em mente as limitações de dados industriais de âmbito municipal, buscamos qualificar o debate decompondo o ganho de renda real (usado como proxy da produtividade) do setor industrial e observamos que, embora tenhamos resultados desfavoráveis em vários biênios analisados, há sim melhoras tecnológicas (microempresas mais eficientes) e realocações do fator trabalho na direção dos ramos mais produtivos dentro deste conjunto de setores que compõem a indústria de transformação no município de Três Rios. Essas mudanças, ainda que incipientes, revelam que o conjunto de medidas voltadas para o estímulo das ações empreendedoras no município de Três Rios contribuiu para uma mudança positiva no tecido produtivo.

As dificuldades que o município de Três Rios enfrentou ao longo de muitos anos foram transformadas em oportunidades, pois o desenvolvimento econômico local foi priorizado e os resultados aconteceram. A motivação de crescer economicamente e melhorar a qualidade de vida da população são reflexos de um projeto bem desenvolvido e que aponta para o futuro da economia municipal. A atenção dada as grandes indústrias que chegam à cidade, incentivadas principalmente por benefícios fiscais, também são oferecidos aos pequenos negócios, pois são estas micros e pequenas empresas que mantêm a saúde econômica e financeira do município.

Por fim, é importante ressaltar e influenciar novas pesquisas no que tange ao desdobramento que pode ter ocorrido nas cidades vizinhas, dado o crescimento econômico local do município de Três Rios. Compreender qual o impacto ocorrido na economia da região em que Três Rios está inserida – Região Centro-Sul Fluminense – pode servir de exemplo para que novos gestores municipais consigam alavancar suas economias e contribuir para uma melhor qualidade de vida de sua população.

Referências

- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K.. **Empreendedorismo: Conceitos e Definições**. Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia. Passo Fundo - RS, volume 1, nº 1, p. 25-38, 2014.
- BAYLÃO, A. L. D. S. **Crescimento Econômico da microrregião de Três Rios**. 2013. Trabalho apresentado no 10º. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende/RJ, 2013.
- BERNARDO N. R. R.; VIEIRA, E. T.; ARAÚJO E. A. S. **A relevância da atividade empreendedora para o desenvolvimento econômico de um país**. Revista Científica On-line Tecnologia, Gestão e Humanismo. FATEC Guaratinguetá, v. 2, n. 1. 2013
- BHIDE, A. **The origin and evolution of businesses**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BITTAR, F. S. O.; BASTOS, L. T.; MOREIRA, V. L. **Reflexões sobre o empreendedorismo: uma análise crítica na perspectiva da economia das organizações**. Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 65-80, mar. 2008.
- BOM ÂNGELO, E. **Empreendedor Corporativo: a nova postura de quem faz a diferença**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- CANTILON, R. **An Essay on Economic Theory: An English translation of Richard Cantillon's Essai sur la Nature du Commerce en Général**. Alabama: LvMi Mises Institute, 2010.
- CARVALHEIRO, N. **Observações sobre a produtividade do trabalho no Brasil durante os anos noventa**. VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba/PR, 2005.
- CARVALHO, L. C.; COSTA, T. G.. **Empreendedorismo – Uma Visão Global e Integradora**. Lisboa: Edições Sílabo, 2015.
- CASERO, J. C. D; URBANO, D.; MOGOLLÓN, R. H. **Teoría económica institucional y creación de empresas**. En: Revista Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa, v 11, N° 3, pp. 209-230, 2005.
- CAVALCANTI, M. (Org.). **Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- CHANDLER, G. N.; DETIENNE, D. R.; MUMFORD, T. V. **Causation and Effectuation: Measurement development and validation**. Frontiers of Entrepreneurship Research: Vol. 27: Iss. 13, Article 3. Disponível em: <http://digitalknowledge.babson.edu/fer/vol27/iss13/3>. 2007.

CHANDLER, G. N. DETIENNE, D. R.; MCKELVIE, A.; MUMFORD, T. V. **Causation and effectuation processes: a validation study**. *Journal of Business Venturing*, v. 26, n. 3, p. 375–390. 2011.

COELHO, F. **Consórcios regionais de desenvolvimento: os mercados regionais no estado do Rio de Janeiro**. Santiago (Chile), 2000. Disponível em: www.eclac.org/publicaciones/xml/9/6069/lcr1982e.pdf. Acesso em: 7 mar.17.

CRUZ, C. F., **Os motivos que dificultam a ação empreendedora conforme o ciclo de vida das organizações. Um estudo de caso: Pramp's Lanchonete**. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado Engenharia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

DEGEN, R. J. **Empreendedorismo: Uma filosofia para o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza**. *Revista de Ciências da Administração*. Campo Alegre/SC, v. 10, n. 21, p. 11-30, Mai./Ago. 2008.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FAGERBERG, J. **“Technological progress, structural change and productivity growth: a comparative study”**. *Structural Change and Economic Dynamics*, 11: 393-411, 2000.

FAIA, V. S.; ROSA, M. A. G.; MACHADO, H. P. V. **Alerta Empreendedor e as Abordagens Causation e Effectuation sobre Empreendedorismo**. RAC. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, art. 5, p. 196-216, Mar./Abr. 2014.

FESTINALLI, R. C. **Estratégias empresariais em empresas do contexto empreendedor: o caso da indústria Laticínio Vila Nova**. In: Encontro de Estudos Estratégicos da Associação Nacional dos Programas de Pósgraduação em Administração – 3Es, I, 2003, Curitiba-PR. *Anais...Curitiba: ANPAD*, 2003

FILION, L.J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. *Revista de Administração*. São Paulo, vol. 34, no. 2, p. 5-28, abr/jun 1999.

FILION, L.J. **Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios**. *Revista de Administração*. São Paulo vol. 39, no. 4, p. 6-20, out/dez 1999

FUZETTI, D. L. K. **Empreendedorismo na visão schumpeteriana como fator de estratégia de inovação empresarial: estudo em uma metalúrgica**. In: 7ª Mostra Acadêmica UNIMEP, 2009. Piracicaba/SP. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/7mostra/3/131.pdf>>. Acesso em: 21 de jul. 2016.

GABRIEL, G. S. **História e conceito do empreendedorismo - slideshare**. Disponível em:<<http://pt.slideshare.net/gustavodesouzagabriel/histria-e-conceito-do-empreendedorismo>>. Acesso em: 01 de jun. 2016.

GALA, P. **A Teoria Institucional de Douglas North**. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 23, nº 2, p. 90, Abr./Jun. 2003.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor (2015). Empreendedorismo no Brasil – 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. RAE: Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995.

GOMES, A. F. **O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local**. Revista Eletrônica de Administração - REA, v. 4, n.2, jul./dez. 2005.

GREATTI, L.; SENHORINI, V. M.. **Empreendedorismo – Uma Visão Comportamentalista**. Universidade Estadual de Maringá. ANAIS DO I EGEPE, p. 22-34, out./2000.

HISRICH, R. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

HISRICH, R. D.; PETER, M. P. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

LEMOS, A. Q. **Effectuation e Causation: um estudo sobre o processo decisório empreendedor em redes de micros e pequenos supermercados**. 2016. 298 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração do Estado de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, São Paulo.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento Econômico Local: Caminhos e Desafios para a Construção de uma Nova Agenda Política**; tradução de Antônio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDES, ed. 1, 2001.

MARTES, A. C. B. **Weber e Schumpeter: A ação econômica do empreendedor**. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, nº 2, p. 254-270, Abr./Jun. 2010.

MELLO, S. C. B.; LEÃO, A. L. J. S.; PAIVA JR. F. G. **Competências Empreendedoras de Dirigentes de Empresas Brasileiras de Médio e Grande Porte que Atuam em Serviços da Nova Economia**. RAC, volume 10, nº 4, p. 47-69, Out/Dez. 2006.

MEYER-STAMER, J. **Por que o Desenvolvimento Econômico Local é tão difícil, e o que podemos fazer para torna-lo mais eficaz? Análises e Propostas, 2004**. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05626.pdf>> Acesso em: 23 de jan. 2017.

MINTZBERG, H. et al. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MONNERAT, C. N; ALTAF, J. G. **A gestão municipal como agente de desenvolvimento local: o caso Três Rios cidade empreendedora**. Resende/RJ. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Associação Educacional Dom Bosco, 2015.

MONTAÑO, C. **Microempresa na Era da Globalização: uma abordagem histórico crítica**. São Paulo: Cortez, 1999.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades**. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, n. 3, p. 103-113, 2. sem. 1996.

OLIVEIRA, D. R. **O processo de mudança estrutural no pós-1990: Uma análise da heterogeneidade produtiva na perspectiva kaldoriana**. Tese de Doutorado não publicada, Rio de Janeiro, CPGE / Faculdade de Economia-UFF, 2011.

OLIVEIRA, F. M. **Empreendedorismo: teoria e prática**. IPOG - Revista Especialize On Line. Goiânia, Mai, 2012.

OLIVEIRA, D. N. D; AZEVEDO, J. A. M. D. **Crescimento Urbano-industrial do Município de Três Rios/ RJ: apontamentos sobre os impactos ambientais e vulnerabilidade social**. 2012. Trabalho apresentado no XVIII. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Águas de Lindóia/SP, 2012.

PAIVA JR. F. G; CORDEIRO, A. T. **Empreendedorismo e o Espírito Empreendedor: Uma análise da Evolução dos Estudos na Produção Acadêmica Brasileira**. Anpad, 2002, Rio de Janeiro.

PALOSCH, L. **Grandes Economistas XVI: Jean-Baptiste Say e a lei dos mercados**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfD_UAF/xvi-jean-baptiste-say?part=2>. Acesso em 01 de jun. 2016.

PREVIDELLI, J.; DUTRA I. S.. **Perfil do empreendedor versus mortalidade de empresas: estudo de caso do perfil do micro e pequeno empreendedor**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, XXVIII, 2003, Atibaia-SP.

ROCHA, F. **Produtividade do trabalho e mudança estrutural nas indústrias brasileiras extrativa e de transformação, 1970-2001**. Revista de Economia Política, vol. 27, nº 2 (106), pp. 221-241, abril-junho/2007.

RODRIGUES, M. T.. **O Fenômeno do Empreendedorismo e as Teorias Organizacionais: Identificando a Interseção Teórica dos Domínios**. In: XXXI Encontro da Anpad, 2007, Rio de Janeiro.

ROSAS, I. A. G.; CÂNDIDO, G. A. **Capital Social como instrumento para viabilização do Desenvolvimento Regional: Estudo de caso no Cariri Pernambucano**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté, SP. v.4, n. 2, p. 58-80, Mai/Ago. 2008.

SALUSSE, M. A. Y; ANDREASSI, T. **O Ensino de Empreendedorismo com Fundamento na Teoria Effectuation**. RAC, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, art. 3, pp. 305-327, Mai/Jun. 2016.

SANTIAGO, E. G. **Vertentes Teóricas sobre Empreendedorismo em Schumpeter, Weber e McClelland: Novas referências para a Sociologia do Trabalho**. Revista de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, v. 40, n. 2, pp. 87-103, 2009.

SARASVATHY, S. D. **Causation and Effectuation: Towards a theoretical shift from economic inevitability to entrepreneurial contingency**. Academy of Management Review, 2006.

v. 26, n. 2, p. 243-288. 2001.

SARASVATHY, S. D. **Effectuation: elements of entrepreneurial expertise**. Massachusetts, USA: Edward Elgar Publishing, Inc. 2008.

SARFATI, G. **Empreendedorismo e Desenvolvimento Econômico**. FGV/EAESP 2011. Disponível em: <<http://gvpesquisa.fgv.br/publicacoes/gvp/empreendedorismo-e-desenvolvimento-economico>>. Acesso em 27 de jan. 2017.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. **8º Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor (2013-2014)**. Disponível em: <<http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Vencedor-acional-Tres-Rios-RJ1.pdf>>. Acesso em: 13 de mar. 2016.

SILVA, C. L.; JUNIOR, W. M.. **Desenvolvimento socioeconômico local e reestruturação produtiva paranaense na década de 1990**. Revista Interações. Volume 9. Número 1. Jan – Jun, p.29-43, 2008.

SINGER, P.; MACHADO, J. **Economia socialista**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUZA E. C. L; JUNIOR, G. S. **Empreendedorismo e Desenvolvimento: uma relação em aberto**. VI Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Recife/PE. Abr. 2010.

TENÓRIO, F. G.; DUTRA, J. L. A., MAGALHÃES, C. M. R. **Gestão social e Desenvolvimento Local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa**, Anais do XXVIII ENANPAD – Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração. Curitiba – PR: 2004.

TIMMER, M. e SZIRMAI, A. (2000) “**Productivity Growth in Asian Manufacturing: the structural bonus hypothesis examined**”. *Structural Change and Economic Dynamics*, 11: 371-392.

TOYOSHIMA, S. **Instituições e desenvolvimento econômico: uma análise crítica das idéias de Douglass North**. IPE-USP, *Estudos Econômicos*, vol. 29, jan-mar, nº 1, 1999.

VALE, G. M. V.. **Empreendedor: Origens, Concepções Teóricas, Dispersão e Integração**. Revista de Administração Contemporânea - RAC, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, pp. 874-891, Nov./Dez. 2014.

VENKATARAMAN, S., SARASVATHY, S. D. **Strategy and Entrepreneurship: Outlines of an untold Story**. In M. A. Hitt, E. Freeman, & J. Harrison (Eds.), *Handbook of Strategic Management*: 650-668: Blackwell Publishers, 2000.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

VITTE, C. C. S. **Gestão do Desenvolvimento Econômico Local: algumas considerações**.

Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 8, n. 13, p. 77-87, Set. 2006.

WEBER, M.. Ensaio de sociologia. 5.^a ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

ZARPELLON, S. C.. **O empreendedorismo e a teoria econômica institucional**. Revista Iberoamericana de Ciências Empresariais y Economía, v.1, nº 1, p. 47-55, 2010.

ZEN, A. C.; FRACASSO, E. M. **Quem é o Empreendedor? As implicações de três revoluções tecnológicas na construção do termo empreendedor**. RAM: Revista de Administração Mackenzie, v. 9, n. 8, p. 135-150, nov./dez. 2008.

Anexo 1 – Lista de Setores

PRODUTOS DE ALTA INTENSIDADE TECNOLÓGICA
<ul style="list-style-type: none">• 24.5 Fabricação de produtos farmacêuticos• 24.6 Fabricação de defensivos agrícolas• 30.1 Fabricação de máquinas para escritório• 30.2 Fabricação de máquinas e equipamentos de sistemas eletrônicos para processamento de dados• 32.1 Fabricação de material eletrônico básico• 32.2 Fabricação de aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e de transmissores de televisão e rádio• 32.3 Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo• 32.9 Manutenção e reparação de aparelhos e equipamentos de telefonia e radiotelefonia e de transmissores de televisão e rádio - exceto telefones• 33.1 Fabricação de aparelhos e instrumentos para usos médicos-hospitalares, odontológicos e de laboratórios e aparelhos ortopédicos• 33.2 Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle - exceto equipamentos para controle de processos industriais• 33.3 Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de sistemas eletrônicos dedicados à automação industrial e controle do processo produtivo• 33.4 Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos• 33.9 Manutenção e reparação de equipamentos médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos e equipamentos para automação industrial• 35.3 Construção, montagem e reparação de aeronaves
PRODUTOS DE MÉDIA INTENSIDADE TECNOLÓGICA
<ul style="list-style-type: none">• 23.3 Elaboração de combustíveis nucleares• 24.1 Fabricação de produtos químicos inorgânicos• 24.2 Fabricação de produtos químicos orgânicos• 24.3 Fabricação de resinas e elastômeros• 24.4 Fabricação de fibras, fios, cabos e filamentos contínuos artificiais e sintéticos• 24.7 Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e artigos de perfumaria• 24.8 Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins• 24.9 Fabricação de produtos e preparados químicos diversos• 25.1 Fabricação de artigos de borracha• 25.2 Fabricação de produtos de plástico• 27.1 Produção de ferro-gusa e de ferroligas• 27.2 Siderurgia• 27.3 Fabricação de tubos - exceto em siderúrgicas• 27.4 Metalurgia de metais não-ferrosos• 27.5 Fundição• 28.1 Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada• 28.2 Fabricação de tanques, caldeiras e reservatórios metálicos• 28.3 Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais• 28.4 Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas manuais• 28.8 Manutenção e reparação de tanques, caldeiras e reservatórios metálicos• 28.9 Fabricação de produtos diversos de metal• 29.1 Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão• 29.2 Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral• 29.3 Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais• 29.4 Fabricação de máquinas-ferramenta• 29.5 Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e construção• 29.6 Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso específico• 29.7 Fabricação de armas, munições e equipamentos militares• 29.8 Fabricação de eletrodomésticos• 29.9 Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos industriais

- 31.1 Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos
- 31.2 Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica
- 31.3 Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados
- 31.4 Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos
- 31.5 Fabricação de lâmpadas e equipamentos de iluminação
- 31.6 Fabricação de material elétrico para veículos - exceto baterias
- 31.8 Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
- 31.9 Fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos
- 33.5 Fabricação de cronômetros e relógios
- 34.1 Fabricação de automóveis, caminhonetes e utilitários
- 34.2 Fabricação de caminhões e ônibus
- 34.3 Fabricação de cabines, carrocerias e reboques
- 34.4 Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores
- 35.1 Construção e reparação de embarcações
- 35.2 Construção, montagem e reparação de veículos ferroviários
- 35.9 Fabricação de outros equipamentos de transporte
- 36.9 Fabricação de produtos diversos

PRODUTOS DE BAIXA INTENSIDADE TECNOLÓGICA

- 17.1 Beneficiamento de fibras têxteis naturais
- 17.2 Fiação
- 17.3 Tecelagem - inclusive fiação e tecelagem
- 17.4 Fabricação de artefatos têxteis, incluindo tecelagem
- 17.5 Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros
- 17.6 Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exceto vestuário - e de outros artigos têxteis
- 17.7 Fabricação de tecidos e artigos de malha
- 18.1 Confecção de artigos do vestuário
- 18.2 Fabricação de acessórios do vestuário e de segurança profissional
- 19.1 Curtimento e outras preparações de couro
- 19.2 Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro
- 19.3 Fabricação de calçados
- 21.2 Fabricação de papel, papelão liso, cartolina e cartão
- 21.3 Fabricação de embalagens de papel ou papelão
- 21.4 Fabricação de artefatos diversos de papel, papelão, cartolina e cartão
- 22.1 Edição; edição e impressão
- 22.2 Impressão e serviços conexos para terceiros
- 22.3 Reprodução de materiais gravados
- 26.1 Fabricação de vidro e de produtos do vidro
- 26.2 Fabricação de cimento
- 26.3 Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque
- 26.4 Fabricação de produtos cerâmicos
- 26.9 Aparelhamento de pedras e fabricação de cal e de outros produtos de minerais não-metálicos
- 34.5 Recondicionamento ou recuperação de motores para veículos automotores
- 36.1 Fabricação de artigos do mobiliário
- 37.1 Reciclagem de sucatas metálicas
- 37.2 Reciclagem de sucatas não-metálicas

PRODUTOS INTENSIVOS EM TRABALHO E RECURSOS NATURAIS

- 15.1 Abate e preparação de produtos de carne e de pescado
- 15.2 Processamento, preservação e produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais
- 15.3 Produção de óleos e gorduras vegetais e animais
- 15.4 Laticínios
- 15.5 Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais
- 15.6 Fabricação e refino de açúcar
- 15.7 Torrefação e moagem de café
- 15.8 Fabricação de outros produtos alimentícios
- 15.9 Fabricação de bebidas
- 16.0 Fabricação de produtos do fumo

- 20.1 Desdobramento de madeira
- 20.2 Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado - exceto móveis
- 21.1 Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
- 23.1 Coquearias
- 23.2 Fabricação de produtos derivados do petróleo
- 23.4 Produção de álcool

Fonte: Oliveira (2011).